

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro Sócio-Econômico  
Departamento de Economia e Relações Internacionais  
Curso de Graduação em Ciências Econômicas

MARIANA SANTOS DA ROSA

ANÁLISE DOS GASTOS PÚBLICOS COM EDUCAÇÃO EM SANTA  
CATARINA: 2002 - 2012

Florianópolis, 2014

**MARIANA SANTOS DA ROSA**

**Análise dos Gastos Públicos com Educação em Santa Catarina:**

**2002 - 2012**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva

**Florianópolis (SC), Julho de 2014**

Ficha catalográfica

R725q ROSA, Mariana Santos da.

Análise dos gastos públicos com educação em Santa Catarina: 2002 - 2012/ Mariana Santos da Rosa. Florianópolis, 2014.

87 f., il., 30 cm.

Orientador: Valdir Alvim da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, 2014.

1. Bem Estar Social. 2. Qualidade dos Gastos Públicos.  
3. Educação. 4. Santa Catarina. I. Título.

CDU: 330

Esta obra é habilitada por uma licença *Creative Commons*, de atribuição, de uso não comercial e de compartilhamento pela mesma licença 2.5.



Você pode:

- Copiar, distribuir, executar a obra;
- Criar obras derivadas.

Sob as seguintes condições:

- Atribuição. Você dar crédito ao autor original.
- Uso não comercial. Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.
- Compartilhamento pela mesma licença. Se você alterar, transformar, ou criar outra obra com base nesta, somente poderá distribuir a obra resultante com uma licença idêntica a esta.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,5 (nove vírgula cinco) a aluna **MARIANA SANTOS DA ROSA** na disciplina CNM 5420 – Monografia, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva  
Orientador – CNM/CSE/UFSC

---

Prof. Dra. Carmen R.O. Gutierrez Gelinski  
Membro 1 - CNM/CSE/UFSC

---

Prof. Dda Liana Bohn  
Membro 2 – CNM/CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS, 2014

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço muito aos meus pais Francisco e Armi por todo carinho, apoio, oportunidades e incentivo que me deram nos estudos, desde os anos iniciais aos anos de graduação. Agradeço também a minha avó Carmen por sempre acreditar no meu potencial e ao meu irmão João Augusto por sempre me apoiar e ajudar nas horas em que precisei. Agradeço ao meu namorado Marcos Vinicius por me incentivar e por compreender as minhas ausências ao longo desse período.

Aos professores do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, em especial aos professores Valdir Alvim e João Rodolfo Pontes pela paciência, colaboração e dedicação.

Agradeço à Equipe Koprime, em especial à Edinéia Pivatti, por compreender e me auxiliar a conciliar o trabalho aos estudos durante todo o período em que trabalhei na empresa.

Por fim agradeço aos colegas da graduação e aos amigos de infância Joanna Godinho, Bruna Turczyn e Murilo Born pela convivência, diversão, aprendizado e incentivo e a todos que colaboraram com a elaboração deste trabalho e com a minha formação.

## RESUMO

ROSA, Mariana Santos da. **Análise dos Gastos Públicos com Educação em Santa Catarina: 2002 - 2012**. Florianópolis, 2014. 87 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

As políticas sociais, quando analisadas pela ótica do Estado de Bem Estar Social, devem ser tratadas como um investimento social, e não como um custo, uma vez que são fatores inseridos no desenvolvimento humano. A educação é um direito social e dever do Estado, sendo que uma melhoria promove um maior crescimento econômico, visto que um maior investimento neste setor resulta em uma melhoria significativa da qualidade de vida dos indivíduos. Para que os gastos públicos com educação sejam eficazes, é necessário que o aumento dos gastos seja acompanhado de mais critério e qualidade, sendo que desempenho e o desenvolvimento dos alunos devem ser alcançados através desta eficiência educacional. Santa Catarina investe valores consideráveis em educação, mas é necessário verificar se estes investimentos estão sendo feitos de forma eficiente, ou seja, se os recursos investidos estão conseguindo realizar os objetivos propostos pelas políticas públicas sociais, obtendo uma melhoria na qualidade de vida. O objetivo do estudo é analisar os gastos com Educação em Santa Catarina no período de 2002 a 2012 e verificar se os recursos estão sendo alocados de forma eficiente, realizando uma comparação de indicadores socioeconômicos no âmbito nacional e global. O trabalho está dividido em cinco partes, abordando a concepção do Estado de Bem Estar Social e a sua relação com o desenvolvimento econômico-social e a importância do fator educacional para estes. Ainda, o trabalho aborda as principais políticas educacionais federais e estaduais para Santa Catarina na atualidade, a evolução do IDHM de cada município conforme a divisão administrativa do Estado, e realiza a comparação do desempenho do mesmo com os demais Estados brasileiros e os países considerados mais desenvolvidos.

**Palavras-Chaves:** Educação. Bem-estar Social. Gastos Públicos. Eficiência.

## ABSTRACT

ROSA, Mariana Santos da. **Análise dos Gastos Públicos com Educação em Santa Catarina: 2002 - 2012**. 2014. Florianópolis, 2014. 87 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

Social policies, when analyzed from the perspective of the Welfare State, should be treated as a social investment, and not as a cost, since they are inserted factors in human development. Education is a social right and duty of the state, assisting in the economic growth, since higher investment in this sector results in significant improvement in the quality of life of individuals. So that there is efficiency in public spending, the spending increases must be accompanied by greater performance and development of students. Santa Catarina invests considerable sums in education, but it is necessary to determine whether these investments are being made efficiently and are achieving the objectives proposed by the public social policies, getting a better quality of life. The objective of the study is to analyze the expenses with education in Santa Catarina in the period from 2002 to 2012 and check whether resources are being allocated efficiently, performing a comparison of socioeconomic indicators at the national and global levels. The work is divided into five parts, covering the design of the Welfare State and its relationship with socio-economic development and the importance of the educational factor for these. In this paper, the performance of the state of Santa Catarina with other Brazilian states and countries considered more developed is compared and the evolution of IDHM for each municipality according to the administrative division of the state is analyzed.

**Keywords:** Educacion. Welfare State. Public Spending. Efficiency.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1. Mapa da descentralização em Santa Catarina.....	34
---	----



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Santa Catarina: Despesa do Orçamento: Fiscal e Seguridade Social por Função .....	40
Gráfico 2 - Santa Catarina: IDHM x IDHM Educação - 2000 e 2010.....	44
Gráfico 3 - Santa Catarina: Taxa de Frequência Bruta - 2000 e 2012 .....	45
Gráfico 4 - Santa Catarina: Taxa de Analfabetismo por faixa etária 2000 e 2010.....	46
Gráfico 5 - IDEB Santa Catarina - 2005 a 2011 .....	48
Gráfico 6 - Evolução IDEB: Santa Catarina x Metas projetadas – 2005-2021 .....	49
Gráfico 7 - IDH Países desenvolvidos x IDHM Santa Catarina .....	79

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Santa Catarina: Receita Líquida de Impostos (RLI) – 2005 a 2012 .....	35
Tabela 2. Estimativa da Receita Anual – FUNDEB/SC – 2007-2012.....	41
Tabela 3. Transferências Constitucionais do FUNDEF/FUNDEB: Santa Catarina – 2002-2012	41
Tabela 4. Custo aluno/ano em Santa Catarina e média nacional - 2012 .....	42
Tabela 5. Santa Catarina: IDHM x IDHM Educação - 2000 e 2010.....	43
Tabela 6. SDR Araranguá: IDHM e IDHM Educação.....	50
Tabela 7. SDR Blumenau: IDHM e IDHM Educação .....	51
Tabela 8. SDR Braço do Norte: IDHM e IDHM Educação .....	52
Tabela 9. SDR Brusque: IDHM e IDHM Educação .....	52
Tabela 10. SDR Caçador: IDHM e IDHM Educação.....	53
Tabela 11. SDR Campos Novos: IDHM e IDHM Educação.....	53
Tabela 12. SDR Canoinhas: IDHM e IDHM Educação .....	54
Tabela 13. SDR Chapecó: IDHM e IDHM Educação .....	55
Tabela 14. SDR Concórdia: IDHM e IDHM Educação.....	55
Tabela 15. SDR Criciúma: IDHM e IDHM Educação .....	56
Tabela 16. SDR Curitiba: IDHM e IDHM Educação.....	56
Tabela 17. SDR Dionísio Cerqueira: IDHM e IDHM Educação .....	57
Tabela 18. SDR Grande Florianópolis: IDHM e IDHM Educação.....	57
Tabela 19. SDR Ibirama: IDHM e IDHM Educação.....	58
Tabela 20. SDR Itajaí: IDHM e IDHM Educação.....	58
Tabela 21. SDR Itapiranga: IDHM e IDHM Educação .....	59
Tabela 22. SDR Ituporanga: IDHM e IDHM Educação.....	59
Tabela 23. SDR Jaraguá do Sul: IDHM e IDHM Educação .....	60

Tabela 24.	SDR Joaçaba: IDHM e IDHM Educação .....	60
Tabela 25.	SDR Joinville: IDHM e IDHM Educação .....	61
Tabela 26.	SDR Lages: IDHM e IDHM Educação .....	61
Tabela 27.	SDR Laguna: IDHM e IDHM Educação .....	62
Tabela 28.	SDR Mafra: IDHM e IDHM Educação .....	62
Tabela 29.	SDR Maravilha: IDHM e IDHM Educação.....	63
Tabela 30.	SDR Palmitos: IDHM e IDHM Educação .....	63
Tabela 31.	SDR Quilombo: IDHM e IDHM Educação .....	64
Tabela 32.	SDR Rio do Sul: IDHM e IDHM Educação .....	64
Tabela 33.	SDR São Joaquim: IDHM e IDHM Educação.....	65
Tabela 34.	SDR São Lourenço do Oeste: IDHM e IDHM Educação.....	65
Tabela 35.	SDR São Miguel d'Oeste: IDHM e IDHM Educação .....	66
Tabela 36.	SDR Seara: IDHM e IDHM Educação .....	66
Tabela 37.	SDR Taió: IDHM e IDHM Educação.....	67
Tabela 38.	SDR Timbó: IDHM e IDHM Educação .....	67
Tabela 39.	SDR Tubarão: IDHM e IDHM Educação.....	68
Tabela 40.	SDR Videira: IDHM e IDHM Educação .....	68
Tabela 41.	SDR Xanxerê: IDHM e IDHM Educação.....	69
Tabela 42.	Comparação entre as SDR: IDHM e IDHM Educação .....	70
Tabela 43.	Estados brasileiros: IDHM e IDHM Educação .....	73
Tabela 44.	Estados brasileiros: IDEB observado 4ª Série/5º Ano .....	74
Tabela 45.	Estados brasileiros: IDEB Observado 8ª Série/9º Ano .....	75
Tabela 46.	Estados brasileiros: IDEB Observado 3ª Série - Ensino Médio .....	76
Tabela 47.	IDH Global - países com os mais altos níveis de desenvolvimento .....	77
Tabela 48.	IDHM Santa Catarina - 2000 e 2010 .....	78
Tabela 49.	Expectativa de anos de estudo - Países desenvolvidos .....	79

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ALESC	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDR	Conselho de Desenvolvimento Regional
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIBR	Produto Interno Bruto Regional
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
RLI	Receita Líquida de Impostos
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SC	Santa Catarina
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>6</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>8</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS .....</b>	<b>9</b>
<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPITULO I - QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS COM EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA .....</b>	<b>14</b>
1. Introdução .....	14
1.1. Tema e problema da pesquisa .....	15
1.2. Objetivos .....	16
1.2.1. Objetivo geral .....	16
1.2.2. Objetivos específicos .....	16
1.3. Metodologia da pesquisa .....	17
<b>CAPITULO II - BEM ESTAR SOCIAL E EDUCAÇÃO .....</b>	<b>19</b>
2.1. Estado do bem estar social .....	19
2.1.1. Política social e desenvolvimento humano .....	20
2.1.2. Índice de desenvolvimento humano .....	21
2.2. Educação .....	22
2.2.1. Orçamento público e políticas educacionais .....	24
2.2.2. Eficiência e qualidade do gasto público .....	30
<b>CAPITULO III - EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA 2002 – 2012 .....</b>	<b>33</b>
3.1. Caracterização do Estado e o modelo de descentralização .....	33
3.2. Políticas educacionais no Estado de Santa Catarina .....	35
3.3. Orçamento catarinense .....	39
3.4. Comparações de dados temporais do Estado .....	43
3.4.1. IDH-M e IDH-M educação .....	43
3.4.2. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) .....	46
<b>CAPITULO IV - IDHM EDUCAÇÃO: COMPARATIVO COM OUTROS ESTADOS BRASILEIROS/PAÍSES .....</b>	<b>72</b>
4.1. Santa Catarina: comparativo da educação com outros Estados .....	72
4.2. Comparação da educação de Santa Catarina na esfera global .....	77
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>83</b>

# CAPITULO I - ANÁLISE DOS GASTOS PÚBLICOS COM EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA

## 1. Introdução

A qualidade do gasto público esta associada à atuação mais eficiente e mais eficaz do governo, e é analisando a estruturação do orçamento catarinense para a educação que este trabalho tem o intuito de discutir o desenvolvimento catarinense através do bem estar social gerado pelo desenvolvimento do fator educacional.

Cada vez mais, o bem estar social vem assumindo uma posição de reconhecimento como grande influência do crescimento econômico. Com isso, o papel do governo em produzir tal elemento se torna fundamental, bem como a eficiência econômica diante das diversidades de alocar recursos limitados no atendimento das necessidades ilimitadas. Em razão disto, a discussão entre a alta arrecadação tributária e os serviços prestados pelo Governo se torna iminente.

A educação é um direito social e dever do Estado, conforme a Constituição Federativa (BRASIL, 1988). Para que os gastos públicos com educação sejam eficazes, é necessário que o aumento dos gastos seja acompanhado de mais critério e qualidade, visto que melhoras na educação demandam investimentos de longo prazo (BERTÊ; BORGES, 2008). O desempenho e o desenvolvimento dos alunos devem ser alcançados através desta eficiência educacional, e a mesma pode ser obtida através de uma melhoria nas escolhas dos investimentos deste setor.

A expansão e melhorias dos serviços ligados à educação promove um maior desenvolvimento econômico, visto que um maior investimento neste setor resulta em uma melhoria significativa da qualidade de vida dos indivíduos.

Os impactos sobre o nível de investimento em educação podem ser diretos ou indiretos,

O impacto de uma dada expansão educacional sobre o nível de um indicador socioeconômico no futuro pode ser decomposto em duas parcelas. A primeira é o impacto da expansão educacional que opera via seu impacto sobre o crescimento da renda per capita. Este é o chamado impacto indireto. Assim, uma expansão educacional hoje leva a um crescimento na renda per capita e este, por exemplo, a uma redução na taxa de mortalidade. Este seria o impacto indireto da expansão educacional sobre a taxa de mortalidade.

A segunda é o impacto que ocorreria mesmo na ausência de impactos da expansão educacional sobre o crescimento da renda per capita. Este é o chamado impacto direto (BARROS e MENDONÇA, 1997).

Ou seja, a Educação influencia no crescimento econômico, sendo que uma educação de qualidade é responsável pelo aumento da renda e redução da pobreza, bem como redução das desigualdades social e melhoria da qualidade de vida, impactando na renda per capita. Ainda no campo econômico, a melhoria da qualidade educacional é responsável pelo aumento da mão de obra qualificada, fortalecendo o setor produtivo interno e externo, aumentando as receitas individuais e do Estado como um todo. Ao se relacionar diretamente com o crescimento econômico e com a produtividade, o estudo da alocação dos recursos para o setor educacional se torna essencial para o desenvolvimento da sociedade.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado como forma de relacionar o bem-estar humano ao desenvolvimento, somando o primeiro ao crescimento econômico. Este indicador relaciona informações relativas ao nível de riqueza, alfabetização, educação, esperança média de vida, natalidade, entre outros, utilizando como critérios de avaliação índices educacionais, de longevidade e renda. Considerando a importância do IDH para a mensuração do bem estar social, ao englobar o Índice Educacional, o primeiro indicador demonstra que o fator educacional se relaciona de forma direta com o desenvolvimento de uma nação.

### **1.1. Tema e Problema da Pesquisa**

Tal cenário aponta para a importância de abordar a questão da qualidade do gasto público com educação a fim de promover cada vez mais uma avaliação realista do emprego dos recursos provenientes alta carga tributária que o país possui,

Uma das dificuldades em se avaliarem os impactos de investimentos em educação advém do fato de que estes não apenas influenciam as condições de vida daqueles que se educam (efeitos privados da educação), mas também geram uma série de

externalidades sobre o bem-estar daqueles que os rodeiam. (BARROS; MENDONÇA, 1997).

As externalidades geradas pelo impacto dos investimentos em educação atuam em várias esferas, influenciando um aumento da qualidade de vida da sociedade quando estes investimentos são alocados com eficiência, obtendo os resultados almejados pelos governantes.

De acordo com o IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que será abordado durante o trabalho, durante o ano de 2011 Santa Catarina apresentava os melhores resultados, sendo o Estado brasileiro que mais investia por estudante da rede pública. (INVESTIMENTO, 2013).

Mas, até que ponto, os recursos destinados a este setor estão sendo investidos de forma eficiente? Pretende-se, então, discutir a qualidade dos gastos públicos com Educação em Santa Catarina, no período compreendendo os anos de 2002 à 2012 e comparar os resultados catarinense deste setor no âmbito nacional e mundial.

Por meio de uma comparação com indicadores econômicos e sociais pode-se analisar melhor a qualidade dos gastos públicos com Educação em Santa Catarina e concluir se houve ou não contribuição para elevação do bem estar social e crescimento econômico.

## **1.2. Objetivos**

### **1.2.1. Objetivo Geral**

Analisar os gastos com Educação em Santa Catarina no período de 2002 a 2012 e como se estruturaram os investimentos neste setor.

### **1.2.2. Objetivos Específicos**

1. Identificar as políticas educacionais em Santa Catarina e discutir se o investimento nesta área está ocorrendo de forma eficiente.
2. Verificar se a educação catarinense contribui para um aumento do desenvolvimento do Estado através de um aumento do bem estar social da população, comparando indicadores socioeconômicos.



3. Confrontar os resultados Catarinenses do setor educacional com os outros estados brasileiros e com países desenvolvidos, e assim verificar o desempenho catarinense em relação a estes.

### **1.3. Metodologia da Pesquisa**

O presente trabalho é uma pesquisa empírica, baseado na comparação temporal dos dados relacionados com os investimentos públicos em educação, utilizando indicadores socioeconômicos como IDEB e o IDHM Educação.

Segundo Bocchi (2004), as pesquisas empíricas ou aplicadas são aquelas que elegem como objeto a própria realidade. Através da comparação dos dados do período delimitado pretende-se acompanhar os resultados dos recursos destinados à Educação, discutindo se houve ou não, uma evolução na eficiência destes gastos. Para o mesmo autor, a comparação de realidades no tempo e no espaço é um procedimento metodológico de grande utilidade, pois é por intermédio dele que se obtêm contrastes e semelhanças, podendo revelar como se desenvolveu o comportamento do objeto de pesquisa no tempo.

A pesquisa também é de caráter qualitativo, contendo aspectos não somente mensuráveis, mas também definidos descritivamente (FACHIN, 2006), utilizando como ferramenta a pesquisa bibliográfica de fontes secundárias como dissertações, monografias, livros, jornais e revistas disponíveis na internet, além de publicações governamentais.

As limitações do trabalho estão relacionadas ao fato de que a análise será feita com foco na eficiência dos gastos públicos, sem estudar mais profundamente os critérios de eficácia. Além disso, índices importantes, como o IDEB, passaram a vigorar somente a partir de 2005, não contemplando totalmente o período delimitado pela pesquisa (2002 a 2012). A pesquisa limita-se também ao analisar a qualidade dos gastos públicos somente através da óptica econômico-social, deixando de lado outros fatores como os fatores de ordem cultural e jurídico-institucional.

A estrutura do trabalho será feita de maneira que, na segunda seção, constará o referencial teórico que busca relacionar o bem estar social ao desenvolvimento humano, descrevendo o Índice de Desenvolvimento Humano, ressaltando a importância da Educação

para este ponto. Além disso, será caracterizado o orçamento público e os critérios de qualidade dos gastos públicos.

Na terceira seção, será abordada a caracterização do Estado de Santa Catarina e as políticas educacionais do estado, bem como questões relacionadas ao orçamento catarinense e ao FUNDEB. Além disso, será analisada a evolução dos resultados do desempenho escolar dos estudantes, a taxa bruta de frequência, entre outros indicadores. Serão apresentados os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano catarinense de acordo com a divisão descentralizada do estado.

Na quarta seção, será feita uma comparação dos resultados obtidos na seção anterior com o desempenho de outros estados brasileiros e outros países.

Na última seção serão feitas as considerações finais relacionadas ao desempenho do setor em Santa Catarina e à qualidade dos gastos públicos educacionais.

## **CAPITULO II - BEM ESTAR SOCIAL E EDUCAÇÃO**

### **2.1. Estado do Bem Estar Social**

O Estado do Bem Estar Social, em sua definição mais comum, contempla uma organização política e econômica, que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia, cabendo a este garantir serviços públicos e proteção à população. Para Wilenski (1975), o fundamento deste Estado de Bem Estar Social é a existência de um padrão mínimo (garantido pelo Estado) de renda, alimentação, saúde, alojamento e instrução, assegurado a qualquer cidadão como um direito político e não como caridade.

Sua origem está contida no esgotamento do Estado liberal, o que levou a incorporação das políticas sociais à esfera estatal e foi sustentado após o surgimento de condições sociais precárias decorrentes da II Guerra Mundial e à crise de 1929, firmado pelo pensamento keynesiano, que atribuía ao Estado o direito e o dever de conceder benefícios sociais que garantam à população um padrão mínimo de vida. Isto posto, o Estado assumiria um papel de organizador político-econômico, sendo responsável pela defesa e proteção social. (PIRES, 2010)

Pelos princípios deste Estado de Bem Estar Social, todos os indivíduos teriam o direito a um conjunto de bens e serviços que deveriam ter seu fornecimento garantido, direta ou indiretamente pelo Estado, mediante seu poder de regulamentação sobre a sociedade civil. Essas políticas sociais teriam um papel de investimento social, não sendo tratados como custos, uma vez que tenderiam a evitar o surgimento de problemas político-sociais e favoreceriam o desenvolvimento e crescimento econômico, descartando de certa forma o conceito de que qualquer país que se disponha a implementar ou incrementar um Estado do bem-estar social irá se defrontar com a relação inversa entre crescimento e redistribuição, uma vez que, ao desconsiderar o gasto público como algo economicamente ineficiente, descarta-se também a ideologia de que o mesmo influi negativamente no crescimento econômico.

É deste argumento que deriva a ideia de usar o aspecto social como um meio para se obter a eficiência econômica através de políticas sociais produtivas, estando seu surgimento atrelado à demanda por serviços de segurança socioeconômica.

Assim, seus objetivos essenciais seriam a manutenção do bom funcionamento do mercado e a defesa dos direitos sociais dos cidadãos, ou seja, garantiria os direitos fundamentais que contemplam, de acordo com o artigo 6º da Constituição Federativa (BRASIL, 1988) e sua emenda constitucional de 2010, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e por fim, a assistência aos desamparados.

### **2.1.1. Política Social e Desenvolvimento Humano**

O desenvolvimento humano está relacionado diretamente ao bem estar social, e fundamenta a concepção de uma política social no longo prazo, sendo seu objetivo central a ampliação das oportunidades dos indivíduos na sociedade, podendo ser observado através de uma óptica na qual o crescimento econômico se faz necessário para a obtenção do desenvolvimento, ou seja, a política social que tem em vista a integração dos indivíduos através deste é parte integrante do cenário econômico, resultado da combinação de fatores sociais, econômicos, políticos, demográficos, ambientais e culturais.

Os fundamentos dessa política social são os direitos sociais, a equidade e a igualdade, sendo que no que diz respeito aos direitos sociais, na maioria das vezes, a participação do Estado de forma ativa se faz necessária para a sua efetivação. No quesito equidade, as políticas devem se direcionar para a promoção da igualdade de oportunidades, corrigindo as diferenças geradas pelo mercado, sendo as políticas educacionais promovidas pelo Estado, quando executadas de forma eficiente, um exemplo de como atingir este objetivo.

Na questão tangente da igualdade, as políticas sociais têm como objetivo reduzir as desigualdades entre as categorias da sociedade principalmente através de políticas redistributivas. Tais políticas envolvem programas de mínimos sociais, transferências monetárias e programas de inclusão, entre outros (DRAIBE, 2005).

Por conseguinte, os princípios que orientam estas políticas, como já mencionado, envolvem a universalidade, a solidariedade, a integralidade, e a eficiência da gestão pública social. Destacando a universalidade, que pode ser considerada com uma das bases da construção do Estado de Bem Estar Social contemporâneo, esta traduz de certa forma os direitos sociais, uma vez que os objetivos de desenvolvimento da equidade e igualdade são

alcançados proporcionalmente conforme os programas e políticas sociais são garantidos e ofertados à população de forma universal. Os programas universais englobam as reformas de base, como a Educação, e não admitem discriminação de qualquer ordem, seja de classe, renda ou gênero, sendo financiados especialmente por recursos fiscais.

De acordo com Draibe (2005), a participação do Estado no aspecto da solidariedade ocorre através de ações sociais a fim de reduzir as desigualdades socioeconômicas e eliminar a pobreza, pois a última pode influenciar negativamente a efetivação de programas universais devido ao fato de que mesmo as gerações mais novas de uma família tendo acesso a estes programas, o círculo de reprodução da pobreza poderia não ser rompido, consequência da carência social. Desta forma a participação estatal é necessária para a ampliação do bem estar e manutenção dos benefícios gerados pelos programas universais e assim alcançar o sentido de inclusão social.

### **2.1.2. Índice de Desenvolvimento Humano**

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um importante indicador na questão do desenvolvimento social, tendo surgido através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como uma forma de demonstrar que o desenvolvimento não deve ser medido apenas através do crescimento econômico, envolvendo também neste critério o bem-estar humano.

Apesar de criticado por uma série de problemas, como por exemplo, ter uma abordagem parcial e restrita, uma vez que deixa de lado a perspectiva global, além de apresentar tratamento inadequado de renda, falta de comparabilidade de ano para ano, e por avaliar o desenvolvimento de forma distinta em diferentes grupos de países (MCGILLIVRAY; WHITE, 2006), este índice ainda assume uma grande importância no que diz respeito à classificação e comparação das nações, sendo um indicador absoluto de bem-estar social e qualidade de vida da população.

O índice compara dados referentes aos padrões de riqueza, alfabetização, educação, esperança média de vida, natalidade e outros fatores, e para esta comparação utiliza como critérios de avaliação índices educacionais, de longevidade e renda.

Para mensuração da longevidade utiliza-se a expectativa de vida ao nascer, para a renda os cálculos são feitos através PIB *per capita* medido em dólar PPC (paridade do poder de compra) a fim de eliminar as diferenças relacionadas ao custo de vida em cada país e finalmente, na área educacional são utilizados dois indicadores: a taxa de alfabetização de adultos (com ponderação de dois-terços), que indica a capacidade de ler e escrever e a taxa de escolarização que indica o nível de educação do ensino fundamental à pós-graduação.

Dada a utilização da educação como fator para mensurar o desenvolvimento humano, vemos a importância do papel da mesma na concepção do bem estar e crescimento econômico, algo que será abordado a seguir.

## **2.2. Educação**

A Educação exerce um papel fundamental para a obtenção do desenvolvimento social, econômico e cultural, tanto no âmbito individual quanto no coletivo. A sua influência atinge diversos aspectos, desde o aumento da renda individual ao combate a pobreza. Além disto, o desempenho do fator educacional influencia no crescimento econômico de um país, uma vez que ao obter um melhor nível educacional, a população apresenta melhores chances na obtenção de empregos qualificados e uma maior renda, aumentando a taxa de emprego e consumo, e, por conseguinte uma maior receita de impostos que pode ser destinada à programas sociais.

Um aumento na qualidade da Educação também engloba mais chances no mercado de trabalho para a população. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (2011), há uma grande diferença nas oportunidades apresentadas para quem possui pós-graduação e para os indivíduos não alfabetizados, sendo que o primeiro grupo apresenta um salário 544% maior do que o recebido pelos analfabetos, além de possuir 422% mais chances de conseguir um emprego em relação ao segundo grupo. Esse fator atinge todos os níveis de escolaridade, especialmente no que se diz respeito à redução das desigualdades sociais.

A importância da Educação para o desenvolvimento é um consenso mundial, e a comunidade internacional já reconheceu que não há desenvolvimento sem educação, fazendo disto uma exigência política. A segunda meta do milênio das Nações Unidas (PNUD, 2014) determina que todas as pessoas do mundo devem ter a possibilidade de obter uma educação

básica. Está descrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos que é através do ensino e da educação que se promove o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), publica anualmente o Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, que observa o progresso da Educação mundial e das metas estabelecidas neste quesito, sendo estas: Cuidados na primeira infância e educação; ii) Educação primária universal; iii) Habilidade para jovens e adultos; iv) Alfabetização de adultos; v) Paridade e igualdade de gênero; vi) Qualidade da educação. Segundo os dados do relatório para o período de 2013/2014, se todos os estudantes em países de renda baixa deixassem a escola sabendo ler, 171 milhões de pessoas poderiam sair da pobreza. Além disto, o relatório aponta que para um ano extra de escolaridade aumenta a renda individual em até 10%. A educação interfere também na produtividade, acelerando o crescimento econômico, sendo que o relatório indica que um aumento de um ano na média educacional alcançada pela população de um país, aumenta o crescimento anual do seu PIB *per capita* de 2% para 2,5%. Outros benefícios alcançados pelo aumento do nível educacional estão relacionados à influencia do grau de instrução dos pais na educação dos filhos e ao combate das desigualdades de gênero, sendo que o documento aponta que pais instruídos tendem a ter filhos mais instruídos. Análises de pesquisas internas de 56 países mostram que, para cada ano adicional de instrução da mãe, seus filhos terão, em média, 0,32 ano a mais de estudo, sendo que as meninas se beneficiam ligeiramente ainda mais, ajudando assim a reduzir as disparidades de gênero, nos salários e nas oportunidades de trabalho. No que diz respeito à estimativa de vida, a pesquisa aponta que 2,1 milhões de crianças menores de 5 anos foi salva, entre 1990 e 2009, em razão de avanços na educação de mulheres em idade reprodutiva e que se todas as mulheres dos países de renda baixa e média tivessem completado a educação primária, a taxa de mortalidade infantil cairia 15%. Se todas as mulheres completassem a educação secundária, a queda seria de 49%, salvando cerca de 2,8 milhões de vidas por ano. Todos estes dados confirmam os benefícios da expansão dos sistemas educacionais em relação ao desenvolvimento, ressaltando a necessidade da adoção de políticas complementares que melhorem a aprendizagem e compensem as desigualdades, salientando que não há investimento que tenha retorno mais alto do que a Educação, visto que a mesma influencia todos os outros setores, além de ser responsável também pelo processo de criação e inovação de uma nação. (UNESCO, 2014)

Para Werthein (2011), o Brasil avançou muito, com conquistas importantes no setor educacional, como: ampliação das matrículas, descentralização dos recursos, aumento significativo do orçamento destinado à educação, melhoria na gestão da informação e nos sistemas de avaliação, mas para que o país alcance um alto nível econômico, sustentável e semelhante ao de países desenvolvidos, terá de investir mais em Educação e terá de formular uma política de Estado forte o suficiente neste campo para que os ganhos sejam consistentes em longo prazo.

### **2.2.1. Orçamento público e políticas educacionais**

O orçamento público sinaliza as intenções do governo, indicando funções, programas e atividades que constituem as principais ações a serem praticadas ao longo de um mandato governamental. Os resultados obtidos durante e após a execução orçamentária indicam a qualidade da ação pública no que diz respeito à criação, gestão e implementação das ações, políticas e programas governamentais, ainda que de forma aproximada. Desta maneira, o orçamento público se torna uma forma de controle e acompanhamento da execução e efetividade das políticas públicas através da definição do volume de recursos alocados para cada área de atuação do Estado.

A elaboração, implementação e fiscalização do orçamento é feita através da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei de Orçamentária Anual e do Plano Plurianual, sendo todas leis ordinárias onde são definidas todas as políticas públicas que serão implementadas pelo governo em um determinado período.

A Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) é responsável por estabelecer as “metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente” (BRASIL, 1988), além de orientar a elaboração da lei orçamentária anual, detalhando as metas e prioridades estabelecidas pelo Plano Plurianual e definindo estas em termos de programas. A partir da promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), responsável pelo controle dos gastos de estados e municípios relacionados à capacidade de arrecadação de tributos destes entes políticos e por promover a transparência dos gastos públicos, a LDO passou a conter os demonstrativos das metas orçamentárias anuais do



exercício anterior. Estes demonstrativos são chamados de Anexo de Metas Fiscais e Anexo de Riscos Fiscais e são fundamentais para o controle do orçamento,

O Plano Plurianual (PPA) é o núcleo do planejamento orçamentário, sendo que este é elaborado no primeiro ano de mandato do prefeito, governador ou presidente e vigora até o primeiro ano de mandato do próximo governante, representando o planejamento de longo prazo do poder público e garantindo a continuidade administrativa. O mesmo é responsável por estabelecer, segundo a Constituição (BRASIL, 1988), as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada por um período de quatro anos.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano e tem como função apresentar a estimativa da receita a ser arrecadada e sua aplicação no ano de vigência, bem como a distribuição das despesas, visando alcançar os objetivos e metas propostas no PPA, seguindo as diretrizes estabelecidas pela LDO. A LOA compreende o orçamento fiscal, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.

É no orçamento fiscal que está contido o orçamento da área de Educação, sendo que os valores que serão efetivamente utilizados na elaboração e implementação das políticas públicas estão inseridos nas despesas não-financeiras, ou seja, nas despesas não vinculadas ao pagamento da dívida. É importante salientar isto visto que o orçamento fiscal abrange também os encargos com a dívida pública, incluindo o pagamento da dívida externa e interna, além dos juros. Os planos para melhoria da Educação estão contidos nas três leis atreladas ao planejamento orçamentário, como já visto acima, sendo as políticas educacionais as principais estratégias para a obtenção da melhoria neste setor.

As políticas educacionais interferem em todas as esferas politico-administrativas, sendo que a regulamentação da educação no Brasil é feita através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. Esta lei é fundamentada no princípio do direito universal à educação para todos e estabelece o valor mínimo dos recursos públicos destinados à educação no Brasil de dezoito por cento para a União e vinte e cinco por cento para os Estados, Municípios e Distrito Federal. Destacam-se neste cenário como políticas

educacionais o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

O Plano de Desenvolvimento da Educação foi lançado em abril de 2007 e sustenta-se na visão sistêmica da educação, na territorialidade, no desenvolvimento, no regime de colaboração, na responsabilização e na mobilização social. Este plano busca dar continuidade às normas gerais da educação na articulação com o desenvolvimento socioeconômico, além de estabelecer sistemas de definição de metas, de avaliação e de cobrança de resultados nas escolas de todo o País tendo como prioridade a Educação Básica, sendo que objetivo central do plano é o acompanhamento dos investimentos voltados para esta a fim de promover a melhoria da qualidade da educação e a redução das desigualdades nas oportunidades educacionais atingindo, assim, o processo de desenvolvimento nacional.

O PDE como plano executivo é orientado pela educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização, abrangendo uma série de mais de 40 programas. Um dos principais pontos do plano é a formação de professores e a valorização dos profissionais da educação, voltado à promoção de iniciativas decisivas na questão da valorização do ensino. Neste quesito o plano abrange programas como a Universidade Aberta do Brasil (UAB), onde os estados e municípios as e universidades estabelecem acordos de cooperação; o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que oferece bolsas de iniciação à docência aos licenciandos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que se comprometam com o exercício do magistério na rede pública, uma vez graduados. Isto posto, a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) passa a promover a formação de pessoal de nível superior para todos os níveis da educação através dos programas de formação de professores, alterando o quadro atual e estabelecendo relação permanente entre educação superior e educação básica.

No campo da educação básica, o programa alterou o ensino obrigatório de oito para nove anos. Além disto, as transferências voluntárias da União atingiram um número mais expressivo de municípios, o que permitiu ampliar o acesso a projetos federais voltados para formação de professores, reforma e construção de escolas, equipamentos, material pedagógico, entre outros. No tocante à avaliação, o PDE é responsável por estabelecer

conexões entre avaliação, financiamento e gestão, inserindo no sistema educacional a responsabilização e, como resultado, a mobilização social. Os resultados das avaliações educacionais antes da criação do plano, apresentavam resultados distantes da realidade, tornando as políticas decorrentes das avaliações ineficientes. Segundo Aguiar Neto (2010), não se pretendia, a partir da análise das avaliações, promover equivocadamente políticas de incentivo à aprovação de alunos, nem políticas de incentivo à repetência. Através desta questão foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), representado por uma junção entre os resultados de desempenho escolar (Prova Brasil) e os resultados de rendimento escolar (fluxo apurado pelo censo escolar). O IDEB foi desenvolvido para ser um indicador que sintetiza informações de desempenho em exames padronizados com informações sobre rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino), sendo resultado do produto entre o desempenho e do rendimento escolar. Este indicador é decisivo na análise da qualidade das políticas educacionais, uma vez que no Brasil, além da baixa taxa de proficiência obtida pelos alunos em exames padronizados, um grande problema relacionado à esta questão é o fato de que as taxas de repetência dos estudantes são bastante elevadas, assim como a proporção de adolescentes que abandonam a escola antes mesmo de concluir a educação básica. O PDE promoveu um estudo objetivando identificar um conjunto de boas práticas que resultam no bom desempenho dos alunos, dando origem ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, já citado anteriormente neste trabalho.

O PDE atua de forma alinhada ao Plano Nacional de Educação (PNE), que inclui metas como a Universalização e ampliação do acesso e atendimento em todos os níveis educacionais, bem como, incentivo à formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação em geral, avaliação e acompanhamento periódico e individualizado, de todos os envolvidos na educação do país, expansão da oferta de matrículas gratuitas em entidades particulares de ensino, investimento na expansão e na reestruturação das redes físicas e em equipamentos educacionais, entre outras. O PNE também é responsável por conferir força de lei às aferições ao IDEB, indicador já mencionado anteriormente neste trabalho. Ainda, o plano em questão previu a formulação e aprovação do extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). A principal inovação do deste fundo consistiu na mudança estrutural de financiamento do Ensino Fundamental, ao relacionar a esse nível de ensino uma parcela dos

recursos constitucionalmente destinados à Educação, sendo que 60% dos recursos destinados à educação estabelecidos na Constituição deveriam ser reservados ao Ensino Fundamental.

O FUNDEF também foi responsável pela introdução de novos critérios de distribuição e utilização de 15% dos principais impostos de Estados e Municípios, promovendo a sua partilha de recursos entre o Governo Estadual e seus municípios, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino. A distribuição dos recursos passou a ser realizada automaticamente de acordo com o número de alunos matriculados em cada rede de ensino fundamental, o que promoveu a divisão de responsabilidades entre o governo estadual e os governos. Seu prazo de duração foi de 10 anos, sendo extinto em 2006. O Fundo implementou ações que objetivavam a efetivação das políticas públicas de educação, através da

vinculação da descentralização do ensino fundamental e da divisão de encargos entre estados e municípios à redistribuição dos recursos com base no número de alunos atendidos pelas respectivas redes de ensino, da garantia de um valor mínimo por aluno, como mecanismo para reduzir as desigualdades regionais e intra-estaduais, propiciando maior equidade na distribuição dos recursos públicos destinados ao desenvolvimento do ensino fundamental e do estabelecimento da destinação de, no mínimo, 60% dos recursos para o pagamento de salário dos professores em efetivo exercício, incentivar a adoção de planos de carreira e estimular investimentos na capacitação do magistério. (FLEURY, 2006)

Desta forma, atinge assim as três esferas educacionais. Dentre os resultados alcançados pelo FUNDEF, estão a redistribuição expressiva do volume de recursos na área da educação, a diminuição das distorções existentes em decorrência da distribuição mais equilibrada dos recursos entre os municípios e os estados brasileiros e o aumento do número de professores com nível de escolaridade mais alta. Apesar destes resultados, o Fundo, durante seu período de vigência, não foi capaz de alcançar inteiramente seus objetivos e o déficit da educação fundamental no Brasil não foi completamente corrigido. Ante a este fato, foi criado um novo fundo, que substituiu o FUNDEF: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

O FUNDEB passou a vigorar em janeiro de 2007, sendo, assim como seu antecessor, um fundo temporário cuja vigência expirará no ano de 2020. Ambos os fundos são compostos por recursos dos próprios estados e municípios, e uma parcela de recursos federais, cuja finalidade é promover o financiamento da educação básica pública brasileira, porém o FUNDEB se diferencia ao determinar que os recursos deverão ser aplicados em toda a Educação Básica, e não somente no Ensino Fundamental, como era o caso do FUNDEF,

incluindo a Educação Infantil como destino dos recursos decorrentes da União, Estados e Municípios. O FUNDEB é composto por vinte e sete fundos, contemplando todos os estados e o Distrito Federal, sendo que cada ente federado deve depositar no mínimo vinte por cento da arrecadação tributária em uma conta específica e a União complementa o repasse aos estados em que a arrecadação não tenha sido suficiente para garantir o valor mínimo por aluno, estabelecido anualmente. A partir do ano de 2010, o valor do aporte dos recursos federais passou a ser de dez por cento da contribuição total dos estados e municípios de todo o país. Os valores destinados aos estados e municípios são proporcionais à arrecadação e ao número de matrículas da rede, sendo que os municípios recebem os recursos a partir do número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental e os estados recebem os recursos a partir do número de alunos do ensino fundamental e médio. Ao final de cada ano, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), uma autarquia federal responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação e por administrar o FUNDEB, divulga as previsões de recursos para o próximo período (BRASIL, 2014).

Ainda, o FUNDEB é responsável pela promoção de um aumento dos recursos alocados pela União de maneira mais expressiva. Outra distinção deste fundo é que o mesmo estabelece que o restante dos recursos que não serão despendidos com a remuneração dos profissionais do magistério deverão ser alocados em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica pública, determinadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A inclusão da educação infantil como destino dos recursos é um fator importante para o desenvolvimento futuro dos indivíduos, sendo que através de uma pesquisa realizada pelo Ibmec São Paulo e pela Tendências Consultoria, a partir do cruzamento de dados da Pesquisa de Padrão de Vida, do IBGE, e dos resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), constatou-se que pessoas que cursaram o ensino infantil ou começaram a estudar entre 4 e 6 anos de idade apresentam, na vida adulta, renda 27% maior do que aquelas que não o fizeram. Além disso, segundo estudo produzido pela Universidade de Toronto e apoiado pela *Child Care Advocacy Association of Canada e Child Care Visions of Human Resources Development Canada*, os recursos investidos na Educação Infantil também trazem retornos financeiros concretos, visto que a inclusão de crianças de 0 a 6 anos nas creches ou escolas também permite a liberação das mães para o mercado de trabalho, as quais acabam

por ter um impacto maior na produção de riqueza de uma localidade (ORÇAMENTO e EDUCAÇÃO, 2007).

A definição constitucional dos recursos destinados à educação é fundamental para que as políticas educacionais possam alcançar resultados. No entanto no Brasil grande parte dos recursos para o setor são determinados através do processo de aprovação de emendas e liberação dos mesmos, tornando os recursos educacionais dependentes da execução ou não de programas e da qualidade com que os recursos públicos são geridos. Neste ponto entra a relevância da eficiência destes gastos públicos, que será abordado no trabalho a seguir.

### **2.2.2. Eficiência e Qualidade do Gasto Público**

A Educação, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é um direito social e visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Esta mesma Constituição determina que o Ensino Fundamental seja obrigatório e gratuito, com atuação prioritária dos municípios, estados e do Distrito Federal e que o Ensino Médio tenha progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade, com atuação prioritária dos Estados e do Distrito Federal. Como já citado anteriormente, estes devem aplicar no mínimo vinte e cinco por cento da receita proveniente de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. A Constituição (BRASIL, 1988) aborda a universalização, qualidade e despesa do Ensino Básico público, exigindo dos gestores a qualidade do gasto público com educação.

Na questão de como determinar a qualidade do gasto público, no Brasil o debate sobre a eficiência e a eficácia do Estado ocorre em três esferas,

a primeira, jurídico-institucional, em que se discutem os modelos de funcionamento do setor e as alterações sofridas ao longo do tempo para tornar o Estado mais eficiente na execução de suas ações – modificações na legislação de pessoal e de reconfiguração dos órgãos públicos; a segunda, envolvendo a equidade da participação dos tributos entre regiões e cidadãos do país – a discussão do federalismo brasileiro; e a terceira, de característica econômico-social, que busca apurar a eficiência e a eficácia das ações do Estado em função do bem-estar da população. (BRUNET; BERTÉ; BORGES, 2012)

O presente trabalho tem o seu enfoque voltado para a terceira esfera, destacando a relação entre a educação e o bem-estar social. É importante esclarecer que os conceitos de eficiência e eficácia são distintos, sendo que a primeira diz respeito à capacidade de se

alcançar resultados inicialmente previstos por uma determinada política, enquanto que a segunda consiste em verificar se os resultados produziram o impacto esperado, ou seja, equacionaram os problemas aos quais estão voltados. Ainda que distintas, a eficácia e a eficiência se complementam, sendo que no que diz respeito à qualidade dos gastos com Educação, estes devem promover a eficiência na prestação dos serviços com o objetivo de alcançar a eficácia nos sistemas de ensino, de forma a atingir patamares aceitáveis de desempenho refletido no melhor desenvolvimento cognitivo dos estudantes (ORÇAMENTO e EDUCAÇÃO, 2007).

A educação é um dos principais elementos para a obtenção do desenvolvimento da sociedade, e assim, a alocação dos recursos destinados à mesma deve ser realizada voltada para a obtenção do máximo benefício social possível. As medidas do orçamento do governo para o sistema educacional devem ser analisadas quanto a sua eficiência, visto que este tipo de análise se torna importante ao indicar socialmente se os recursos públicos alocados em políticas educacionais estão promovendo um ensino de qualidade e transparência sobre a qualidade do serviço público educacional oferecido à população (SILVA; SOUZA; ARAÚJO, 2013). Essa análise, na perspectiva da aplicação dos recursos públicos, auxilia para uma melhoria dos resultados ao evidenciar um sinal da eficiência das ações gerenciais e apresentar o desempenho da gestão dos administradores públicos. A discussão em torno da eficiência na alocação de recursos destinados à Educação é consequência da importância que este setor tem no desenvolvimento econômico e social da população, tornando fundamental essa questão para as decisões governamentais. Para Silva, Souza e Araújo (2013), é considerado mais eficiente quem é responsável pela maior produção de certos produtos a um determinado custo ou quem diminui o custo de produzir certa quantidade de produtos, considerando o tempo decorrido e qualidade destes produtos. Neste contexto, os autores afirmam que a realização da avaliação da eficiência na esfera pública se torna necessária devendo ser adotada pelos gestores públicos uma vez que o reflexo dos investimentos realizados nos diversos setores deve ser transformado em serviços de qualidade e na melhoria dos indicadores sociais da população. Diante do dilema econômico contemporâneo, onde os recursos são escassos e as necessidades da sociedade se apresentam de forma abundante, a análise da qualidade dos gastos públicos é fundamental.

Segundo Brunet, Berté e Borges (2012), a discussão em torno dos recursos públicos é centralizada erroneamente no montante dos recursos alocados, tendo como ponto principal a necessidade de mais recursos para melhorar o setor, seja ele qual for. Os autores indicam que, se considerarmos a carga tributária em relação ao PIB e a renda *per capita*, veremos que a carga tributária brasileira é uma das mais elevadas para os países de renda equivalente, indicando que o financeiro não é a questão principal para a obtenção de serviços públicos de qualidade.

Ainda, sobre a educação pública estadual, estes autores apontam que o debate político, em geral, orbita sobre o salário dos professores em virtude da pressão das corporações em detrimento do desempenho escolar, que deveria ser o centro das atenções da sociedade. O sistema educacional dos estados e municípios brasileiros ainda não é orientado em função dos resultados obtidos por meio dos sistemas de avaliação dos estudantes, diferentemente do ensino superior, onde o enquadramento dos cursos é feito através de indicadores de desempenho obtendo resultados concretos na melhoria da educação superior.

O conceito de “qualidade do gasto público” ainda é um pouco impreciso, envolvendo a ação em todos os setores os públicos, mas certamente está associado à atuação mais eficiente e eficaz do governo. A administração do setor público brasileiro ainda está longe dos conceitos que levaram às reformas dos países desenvolvidos, sendo que os conceitos discutidos na atualidade ainda não foram absorvidos de modo a redundar em leis e projetos que alterassem a estrutura da gestão administrativa, mantendo a ênfase nos processos administrativos, e não nos resultados para a população (BRUNET; BERTÉ; BORGES, 2012).



## **CAPITULO III - EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA 2002 - 2012**

### **3.1. Caracterização do Estado e o Modelo de Descentralização**

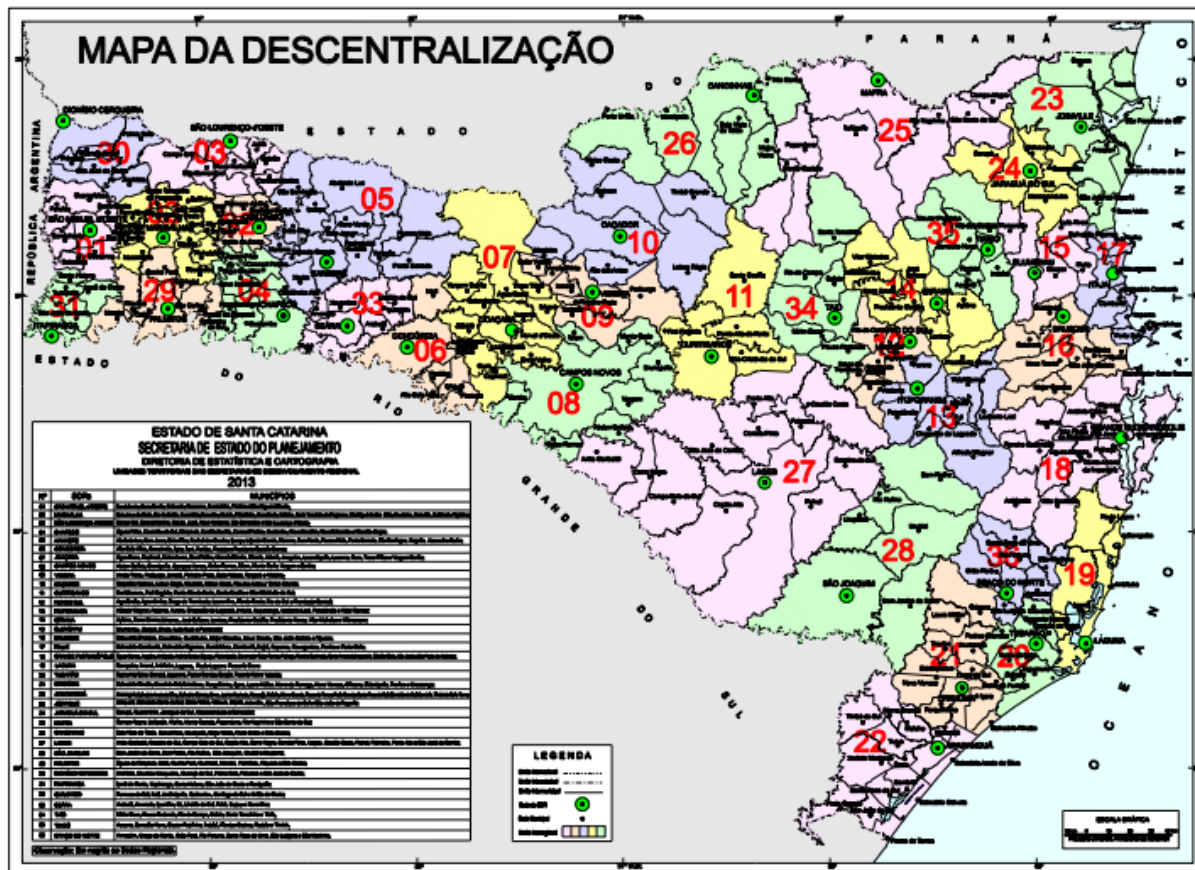
O Estado de Santa Catarina é uma das vinte e sete unidades federativas do Brasil, estando localizado na região sul do país. Sua dimensão territorial corresponde à 95 736,165 km<sup>2</sup>, sendo o vigésimo Estado brasileiro com maior extensão territorial, estimando-se uma população de 6 634 254 habitantes (IBGE, 2013). O Estado possui 295 municípios, divididos em vinte microrregiões e seis mesorregiões: Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Vale do Itajaí. A capital tem sua sede na cidade de Florianópolis, localizada no litoral do estado e na mesorregião da Grande Florianópolis. A economia do estado é baseada na indústria, no extrativismo e na pecuária, sendo o sexto estado mais rico do Brasil, segundo dados de 2011 (IBGE, 2011), possuindo um PIB *per capita* de R\$ 26.760,00 para o mesmo ano.

No ano de 2002, foi proposto um modelo de descentralização do Estado através do Plano 15, que além da descentralização, tinha como linhas básicas de atuação a municipalização, a modernização administrativa e a prioridade social. A justificativa para criação do plano era que o governo estava concentrado, o que gerava ineficácia, além de o mesmo ser centralizador, distante e conseqüentemente ausente das áreas mais afastadas. Essa descentralização proposta pelo plano envolvia a regionalização do orçamento, planejamento, fiscalizações e ações, bem como a participação das comunidades das microrregiões, promovendo uma estrutura descentralizada com base na divisão do território catarinense através de regiões administrativas que seriam sediadas por Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) e respectivos Conselhos de Desenvolvimento Regional (BRUM, 2010).

A Estrutura proposta passou a vigorar em 2003, através da Lei Complementar nº 243 de 30 de janeiro de 2003, que dividiu o território em vinte e nove regiões administrativas através da constituição das SDR. Em 2005, houve a reestruturação deste processo visando uma melhoria da eficiência, eficácia, efetividade e relevância dos serviços prestados e uma gestão com foco nos resultados, acrescentando mais uma região administrativa à estrutura. No

ano de 2007, foram criadas mais seis secretarias, totalizando trinta e seis SDR, conforme figura abaixo:

**Figura 1. Mapa da descentralização em Santa Catarina**



Fonte: Secretaria do Estado do Planejamento de Santa Catarina

A Lei Complementar nº 381 de 07 de maio de 2007 moldou a configuração estrutural político administrativa do Estado, sendo que

A estrutura organizacional da Administração Pública Estadual deverá desburocratizar, descentralizar e desconcentrar os circuitos de decisão, melhorando os processos, a colaboração entre os serviços, o compartilhamento de conhecimentos e a correta gestão da informação, para garantir a prestação eficiente, eficaz, efetiva e relevante dos serviços públicos, visando tornar o Estado de Santa Catarina referência em desenvolvimento sustentável, nas dimensões ambiental, econômica, social e tecnológica, promovendo a redução das desigualdades entre cidadãos e entre regiões, elevando a qualidade de vida da sua população. (SANTA CATARINA, 2007)

O artigo 11º desta mesma Lei determina que,

A Administração Pública Estadual deverá promover políticas diferenciadas para equilibrar o desenvolvimento socioeconômico atendendo, principalmente, às regiões cujos municípios detenham menores valores para o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. (SANTA CATARINA, 2007)

### 3.2. Políticas Educacionais no Estado de Santa Catarina

Em Santa Catarina, a Educação é considerada como uma das áreas prioritárias, fato este que pode ser observado na alocação de recursos para o setor. Dados de 2009 apontam que o Estado destinou 19,3% de suas receitas aos serviços de educação, representando a maior proporção destinada a uma única área, salientando o destaque que o setor educacional possui em Santa Catarina. (OCDE, 2010).

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) determina que a aplicação mínima anual dos recursos deva corresponder à vinte e cinco por cento da Receita Líquida de Impostos (RLI), sendo que nos últimos anos, o Estado catarinense investiu valores superiores à este valor mínimo constitucional, conforme Tabela abaixo:

**Tabela 1. Santa Catarina: Receita Líquida de Impostos (RLI) – 2005 a 2012**

Ano	% RLI aplicado em Educação - Santa Catarina	% acima da aplicação mínima
2005	28,98%	3,98%
2006	27,64%	2,64%
2007	25,52%	0,52%
2008	27,08%	2,08%
2009	26,30%	1,30%
2010	26,19%	1,19%
2011	26,57%	1,57%
2012	29,42%	4,42%

Fonte: Relatório Despesas Próprias com Educação e Saúde, 2014  
Elaboração: Autora

Segundo uma avaliação das políticas nacionais de educação em Santa Catarina (OCDE, 2010), apesar de o volume alocado no setor educacional ser alto em relação ao Produto Interno Bruto Regional (PIBR), os resultados não correspondem ao alto nível de investimento no Estado, implicando que o serviço fornecido é que é ineficiente, e que a causa disso não seria a falta de verbas. Para os avaliadores, deve haver a intensificação dos

incentivos a fim de alcançar a eficiência, através da imposição de determinadas condições para a concessão dos repasses de verbas, inserindo assim compensações pelo desempenho. Ainda, as ações políticas devem apontar para a flexibilização orçamentária, possibilitando que a execução e o planejamento orçamentários sejam orientados pela obtenção da eficiência e pelas prioridades das políticas públicas. O financiamento da Educação deve ser dirigido a fim de aperfeiçoar os resultados escolares, visando à aprendizagem e melhoria do sistema escolar.

O setor educacional é composto por escolas públicas federais, municipais e estaduais, além de estabelecimentos privados. Estas categorias possuem administração e regulamentação distintas, sendo independentes umas das outras.

Este setor, em Santa Catarina, é regulamentado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e por leis federais, sendo que o Estado realiza programas financiados com recursos do Governo Federal e também com meios próprios. Na esfera federal, destacam-se como principais fontes de financiamento da Educação no estado o FUNDEB e o Salário-Educação, sendo que o primeiro é voltado à educação básica, à educação profissional integrada ao ensino médio, à educação especial e à educação de jovens e adultos. O segundo é destinado ao financiamento de programas, projetos e atividades voltados para a educação básica pública, sendo que os recursos são provenientes de uma contribuição social paga por empresas, entidades públicas e privadas que possuem vínculo com o regime da Previdência Social (OCDE, 2010).

A combinação dos recursos estaduais e federais destinado ao setor visa atender as necessidades de programas e atividades voltados para educação pública, englobando aspectos como salários dos professores; aquisição de materiais, equipamentos e laboratórios; bibliotecas e acervos para leitura e pesquisa; material escolar para os alunos; serviços para crianças com necessidades especiais; construção e reforma de escolas; transporte escolar; alfabetização de adultos; educação continuada para professores; aquisição de mobiliário e equipamentos para escolas; serviços especializados para escolas indígenas e rurais, entre outros. Na esfera estadual, a alocação dos recursos e a gestão dos programas educacionais são de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação e das SDR, sendo administrados através de redes de educação estadual e municipais.

No ano de 2004, foi lançado o Plano Estadual de Educação denominado “A Sociedade construindo a Educação dos Catarinenses” (SANTA CATARINA, 2004). Esse plano foi

elaborado através da participação de diversas entidades e segmentos representativos da educação no estado, constando no mesmo, propostas para o período de 2004 à 2013 em conformidade com a legislação vigente.

O plano apresentou um diagnóstico da Educação em todos os níveis, incluindo diretrizes, objetivos e metas a fim de sancionar os problemas diagnosticados. Para a Educação básica, o plano apresentou como diretrizes, o fortalecimento municipal da concepção de educação infantil como sendo a primeira etapa da educação básica, buscando consolidar a melhoria da qualidade do atendimento em creches e pré-escolas, além de fornecer oportunidades para a criança viver a infância em plenitude, como um período que possui características próprias, sendo-lhe assegurada às condições para que a partir de sua história individual e social, se aproprie do conhecimento constituído pela humanidade. A consolidação de uma política estadual para a infância que considere a criança como sujeito de direito, cidadão em processo de desenvolvimento e centro de políticas públicas, a expansão gradativa da oferta de vagas públicas, para crianças de zero a seis anos de idade, a democratização do acesso, a asseguarção do processo de seleção e contratação dos educadores infantis incluindo neste processo a formação específica na área, com acesso por meio de concurso público, além da consideração das propostas pedagógicas das instituições de educação infantil visando a garantia do desenvolvimento da criança, a diversidade social e cultural das populações infantis e os conhecimentos que se pretende universalizar também compõe as diretrizes para o plano da Educação Básica (SANTA CATARINA, 2004)

Na Educação Fundamental, o plano é direcionado a fim de garantir o acesso universal e a permanência com qualidade, a partir de políticas públicas educacionais. Ainda, através dos objetivos e metas, busca ampliar a jornada escolar para turno integral, implementando-a gradativamente e garantir a oferta do ensino fundamental rural, uma das responsabilidades do poder público, respeitando suas peculiaridades regionais, entendendo que a uni docência deverá ser substituída gradativamente, ampliando as quatro primeiras séries do ensino regular. O plano nesse aspecto é dirigido também à garantir a implementação de uma gestão democrática, que amplie no projeto político pedagógico da escola, uma participação coletiva dos educadores, alunos e pais, como expressão da organização educativa, garantindo a atualidade curricular que possibilite a interdisciplinaridade, a partir das discussões e aprofundamento da Proposta Curricular de Santa Catarina.

Já as diretrizes do Ensino Médio, no plano, são voltadas para obtenção de uma educação de qualidade, a fim de proporcionar aos alunos conhecimentos científicos, válidos socialmente, bem como permitir aquisição de competências relacionadas ao pleno exercício da cidadania e da inserção produtiva, além da garantia do acesso dos jovens catarinenses no ensino médio e da permanência com qualidade, tanto no período diurno quanto noturno.

Neste cenário de políticas educacionais, no ano de 2009 foi apresentado pelo Secretário de Estado da Educação de Santa Catarina um programa voltado para o desenvolvimento do sistema educativo catarinense que tinha como propostas o ensino médio universal, a inclusão de crianças com necessidades especiais e atividades extracurriculares opcionais.

Mais recentemente, em 2012 foi lançado um programa estadual que reunia obras e aquisições afim de atender as principais demandas da sociedade denominado de Pacto por Santa Catarina. O programa contempla um pacote de investimentos voltados para ações envolvendo as áreas de Saúde, Educação, mobilidade urbana e infraestrutura, segurança pública, proteção social, justiça e cidadania, entre outras. O financiamento deste programa envolve recursos do Tesouro Estadual, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco do Brasil, da Agência de Cooperação Internacional do Japão, da Agência Francesa de Desenvolvimento, da Corporação Andina de Fomento, além de convênios federais. Mais especificamente na área da Educação, as ações do Pacto contemplam a construção, reforma e ampliação de escolas em todas as mesorregiões catarinenses, a criação de um plano de formação continuada, a implementação de um sistema de gerenciamento das escolas, a revitalização da carreira do magistério, a discussão da política educacional do Estado, a fim de elaborar um novo Plano Estadual de Educação, a atualização da proposta curricular, a criação de programas de alfabetização, como o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa e o Programa "Brasil SC Alfabetizada", entre outras ações voltadas para a melhoria do setor. (PACTO, 2014)

### 3.3. Orçamento Catarinense

Em 1997, através da Lei Complementar nº157 que criou o Orçamento Estadual Regionalizado e previa a realização de audiências públicas regionais para a elaboração da proposta orçamentária, foi implementado em âmbito estadual o Orçamento Participativo, um modelo orçamentário onde a população é parte integrante da construção da proposta orçamentária, sendo que esta Lei previa. As audiências públicas regionais previstas leis tinham como aspecto central a discussão de prioridades regionais a fim da inserção das mesmas no Plano Plurianual (PPA), na Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA). (GOULARTI, 2013)

Segundo Goularti (2013), esse orçamento regionalizado somente adquire espaço de fato a partir de 2003, através da criação das SDR e dos CDR. Neste mesmo ano, dentre as 788 prioridades a serem incluídas no Plano Plurianual 2004-07, 88 eram propostas voltadas à educação e Inovação, representando um percentual de 11, 17%. No entanto, das 788 prioridades vinculadas ao PPA 2004-0, somente 405 ações foram incluídas no orçamento, sendo que 66,17% do total foram extintas, levando ao descrédito e ao esvaziamento do orçamento.

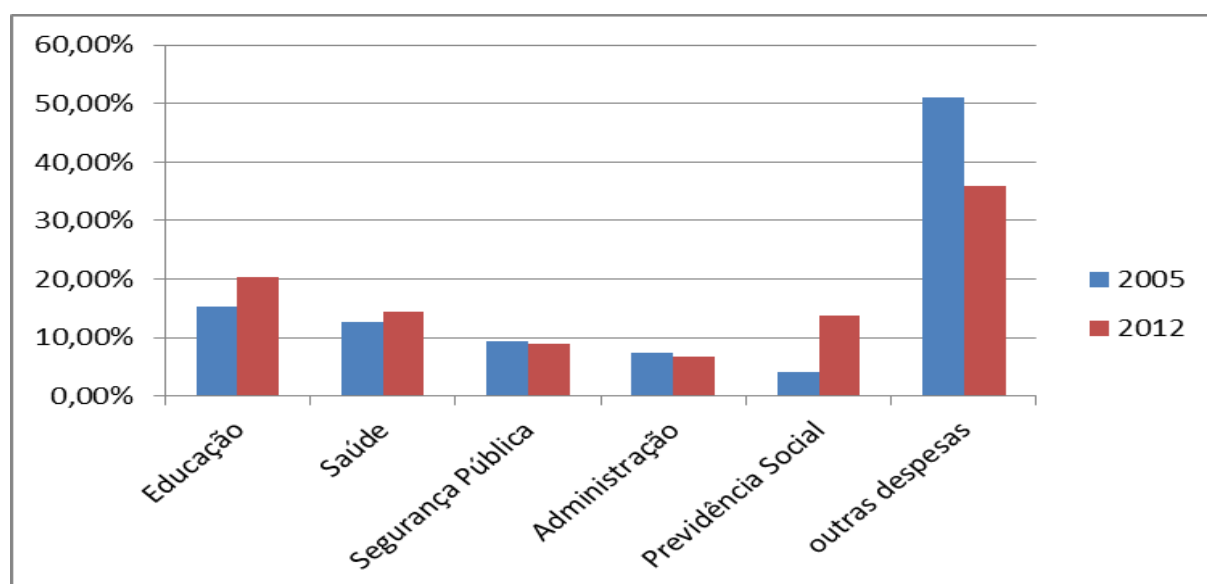
No ano de 2007 a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) realizou nove audiências com a finalidade de definir as prioridades a serem incluídas na LOA-2008 e no PPA 2008-11, sendo que cada SDR deveria indicar 12 ações para o último, incluindo três prioridades por ano. O resultado foi a atribuição de 432 ações para o quadriênio correspondente aos anos de 2008 a 2011, sendo que destas ações 62 eram voltadas para a área de Educação e Inovação. O resultado obtido foi que 392 das ações totais propostas foram incluídas nos orçamentos. Porém, destas, 68,62% foram descartadas. (GOULARTI, 2013)

Já em 2011 foram realizadas 13 audiências a fim de definir as prioridades para o quadriênio correspondente aos anos de 2012 a 2015. O resultado das audiências foi a definição de 432 prioridades, sendo que das propostas, 29 eram voltas à Educação e Inovação. Para Goularti (2013), as demandas do Orçamento Regionalizado construídas pelo coletivo não foram absorvidas pelo governo estadual, subtendendo-se que as SDR não possuem autonomia orçamentária para executar as prioridades definidas nas audiências e que o projeto de descentralização está distante dos seus propósitos. A distribuição dos recursos estaduais ainda

se mantém desigual, não levando em consideração as demandas definidas pelo Orçamento Regionalizado. A concentração dos recursos ainda permanece nas regiões economicamente mais desenvolvidas, sendo 28,59% do orçamento orçado e 43,17% do orçamento realizado foram destinados às SDR de Florianópolis, Joinville, Blumenau, Jaraguá do Sul e Chapecó, sendo visível o nível de desigualdade entre as secretarias.

Na questão da inserção da Educação no orçamento público catarinense, esse setor comparado com os demais tem recebido um valor considerável de recursos na LOA nos últimos anos conforme Gráfico abaixo:

**Gráfico 1 - Santa Catarina: Despesa do Orçamento: Fiscal e Seguridade Social por Função**



Fonte: LOA, 2005 e 2012.  
Elaboração: Autora

Em 2012, a despesa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para a função Educação foi de mais de três bilhões de reais, sendo o setor com maior despesa entre todas as funções. Ainda, o Pacto por Santa Catarina estabeleceu um investimento de 500 milhões de reais de ações voltadas exclusivamente para a Educação e definidas, teoricamente, com a participação das Secretarias de Desenvolvimento Regionais (PACTO, 2014).

O financiamento federal para o setor é decorrente do salário-educação, e principalmente do FUNDEB. Desde que passou a vigorar, a estimativa das receitas do Fundo para Santa Catarina apresenta valores crescentes, conforme Tabela 2:



**Tabela 2. Estimativa da Receita Anual – FUNDEB/SC – 2007-2012**

<b>Ano</b>	<b>Estimativa da receita anual (R\$)</b>
2007	1.523.963.924,19
2008	1.945.187.799,68
2009	2.277.915.823,05
2010	2.595.257.038,81
2011	3.070.308.334,40
2012	3.706.721.007,08

Fonte: FNDE, 2012

Elaboração: Autora

A distribuição dos recursos é realizada com base no número de alunos da educação básica pública e em conformidade com os dados do censo escolar, sendo contabilizados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, de acordo com o art. 211 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

As transferências constitucionais apresentam valores crescentes se comparadas anualmente, considerando também os dados do extinto FUNDEF, já abordado anteriormente, para a análise do período de 2002 a 2012:

**Tabela 3. Transferências Constitucionais do FUNDEF/FUNDEB: Santa Catarina – 2002-2012**

<b>Ano</b>	<b>Valor bruto (R\$)</b>	<b>Líquido (R\$)</b>	<b>Varição</b>
2002	343.809.353,02	343.809.353,02	22,4 %
2003	421.879.591,44	421.879.591,44	22,7 %
2004	488.089.056,72	488.089.056,72	15,7 %
2005	568.884.995,33	568.884.995,33	16,6 %
2006	608.094.560,81	608.094.560,81	6,9 %
2007	735.777.141,99	735.777.141,99	21,0 %
2008	985.804.123,44	985.804.123,44	34,0 %
2009	1.180.024.934,50	1.180.024.934,50	19,7 %
2010	1.408.488.272,29	1.408.488.272,29	19,4 %
2011	1.669.216.296,69	1.669.216.296,69	18,5 %
2012	1.850.505.288,37	1.850.505.288,37	10,9 %

Fonte: PORTAL, 2014

Porém, apesar de as transferências serem crescentes, a variação do crescimento dos valores está cada vez menor. Isso pode ser justificado uma vez que na Tabela 3, estão computados os valores municipais e na Tabela 2 apenas as transferências estaduais. Com a transferência de alunos das escolas estaduais para as municipais, registrou-se elevação do número de matrículas pelas prefeituras e queda no total da Secretaria Estadual da Educação, justificando a diminuição do repasse para a esfera estadual. No ano de 2010, do total do FUNDEB, 51% iam para o Estado e 49% para os municípios, já para o ano de 2013, segundo dados do mês de novembro, as prefeituras receberam 56%, enquanto o Estado recebeu 44%. (PEREIRA, 2014)

No ano de 2012, a receita do FUNDEB em 2012 foi de R\$ 1.707.021.621,43 (um bilhão, setecentos e sete milhões, vinte e um mil, seiscentos e vinte e um reais e quarenta centavos), sendo que o principal destino dos recursos foi a remuneração do magistério público estadual, correspondendo 82% do montando. Os 18% restantes foram destinados ao custeio e investimentos na infraestrutura das escolas. Foram beneficiados cerca de 670 mil alunos e o custo aluno para o mesmo ano ficou distribuído da seguinte maneira:

**Tabela 4. Custo aluno/ano em Santa Catarina e média nacional - 2012**

Custo aluno/ano			Média Nacional (Instituída pelo MEC)
Ensino Fundamental		Ensino Médio	
Anos Iniciais	Anos Finais		
R\$ 2.609,79	R\$ 2.870,77	R\$ 3.131,75	<b>R\$ 2.243,71</b>

Fonte: FNDE, 2014

Elaboração: Autora

Conforme dados da Tabela 4, Santa Catarina, em 2012, aplicou acima da média nacional. Além do lançamento do Pacto pela Educação, o Estado se tornou referência nacional neste setor por apresentar um excelente desempenho, garantindo o pagamento do Piso Salarial, parcerias com o MEC, como o Plano Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e a aplicação de 29% do orçamento estadual em Educação. (SANTA CATARINA, 2013)

### 3.4. Comparações de Dados temporais do Estado

Para verificar o desenvolvimento do setor educacional em Santa Catarina, será feita uma comparação temporal do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que irá mensurar o grau de desenvolvimento humano utilizando os mesmos critérios que o IDH, porém adaptados a fim de avaliar as condições de núcleos sociais menores, como estados e municípios, uma vez que o último é voltado para a esfera global. Ainda, serão comparados indicadores educacionais, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em Educação (IDH-M Educação), taxa de analfabetismo e taxa bruta de frequência. Estes índices serão averiguados utilizando dados anuais de dois períodos: 2000 e 2010, ou seja, dados de antes da criação das SDR e após a criação das mesmas, com a configuração atual. Além disso, será feita a comparação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), desde a sua vigência, no ano de 2005 ao levantamento mais recente, ocorrido em 2011.

#### 3.4.1. IDH-M e IDH-M Educação

Consideram-se, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), três níveis de desenvolvimento: resultados compreendendo entre 0,8 e 1,0 são considerados de alto desenvolvimento, resultados na faixa de 0,501 a 0,799 correspondem à médio desenvolvimento e resultados inferiores à 0,500 indicam baixo desenvolvimento.

**Tabela 5. Santa Catarina: IDHM x IDHM Educação - 2000 e 2010**

Santa Catarina		
Ano	IDHM	IDHM Educação
2000	0,674	0,526
2010	0,774	0,697

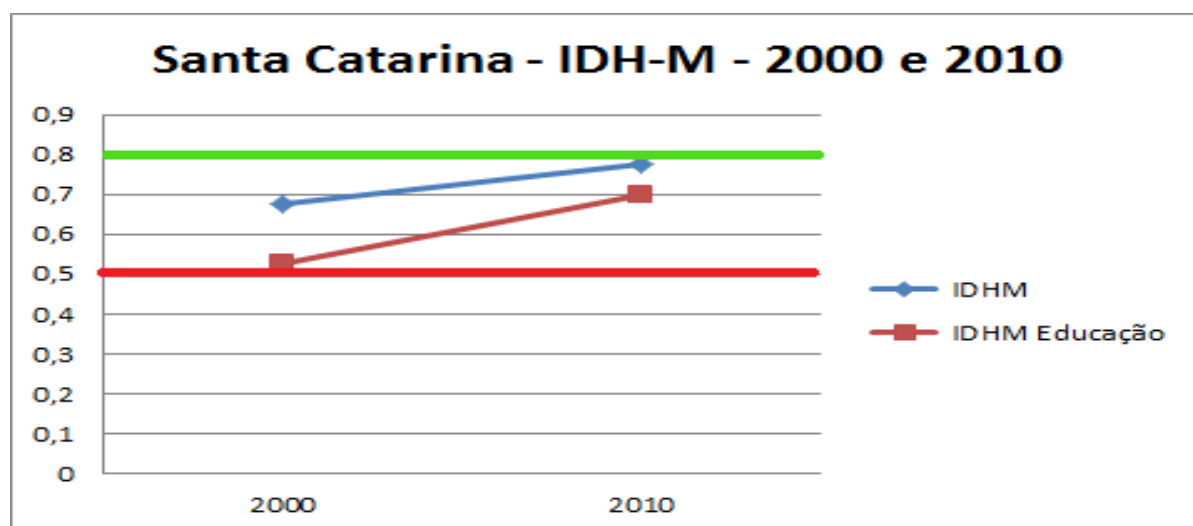
Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

O que se observa para o Estado é que, apesar de os resultados apresentarem uma evolução, os níveis obtidos pelo Estado ainda se mantêm na faixa de médio desenvolvimento, mesmo após a criação das SDR.

A evolução do índice educação é superior ao do índice total, que além da educação envolve critério de renda e longevidade, como já visto no Capítulo II.

**Gráfico 2 - Santa Catarina: IDHM x IDHM Educação - 2000 e 2010**



Fonte: PNUD, 2013  
Elaboração: Autora

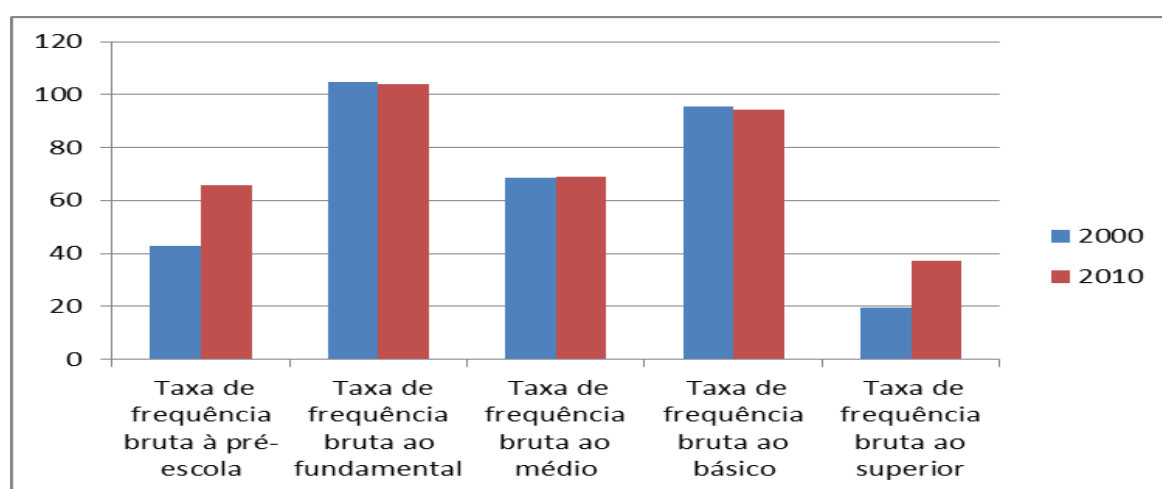
O primeiro se distanciou consideravelmente da faixa de baixo desenvolvimento, como pode ser observado no Gráfico 2, sendo que a diferença para atingir o patamar de alto nível foi reduzida, indicando que, se o estado manter o ritmo de evolução, esse patamar pode ser atingido na próxima década.

O cálculo do IDH-M Educação envolve o percentual de alfabetizados maiores de 15 anos, uma vez que este indicador se baseia no direito constitucional, de todos os brasileiros terem acesso às oito séries do ensino fundamental, sendo que esse período se encerraria, pelo calendário normal do Ministério da Educação, aos 14 anos de idade. Além disto, o indicador também utiliza a taxa de frequência à sala de aula, baseado em dados censitários a fim de avaliar a parcela da população que vai à escola em comparação a população municipal em idade escolar. Seguindo o calendário escolar, aos 7 anos uma criança deve iniciar o primeiro ciclo do ensino fundamental, aos 15 anos deve ingressar na primeira série do ensino médio, e, aos 22 anos, concluir o ensino superior, indicando que a maioria da população deveria estar envolvida no processo de aprendizado entre as idades de 7 e 22 anos. Em razão disto, ao mensurar o acesso da população ao conhecimento, o total de alunos é dividido nos três níveis de

ensino pela população total da faixa etária, chegando-se assim à taxa bruta de frequência escolar.

A taxa bruta de frequência para o estado não apresenta grandes evoluções no panorama geral, sendo que o seu melhor resultado é obtido no nível de pré-escola, e os níveis fundamental e básico apresentam uma pequena piora no desempenho do ano de 2000 para 2010.

**Gráfico 3 - Santa Catarina: Taxa de Frequência Bruta - 2000 e 2012**

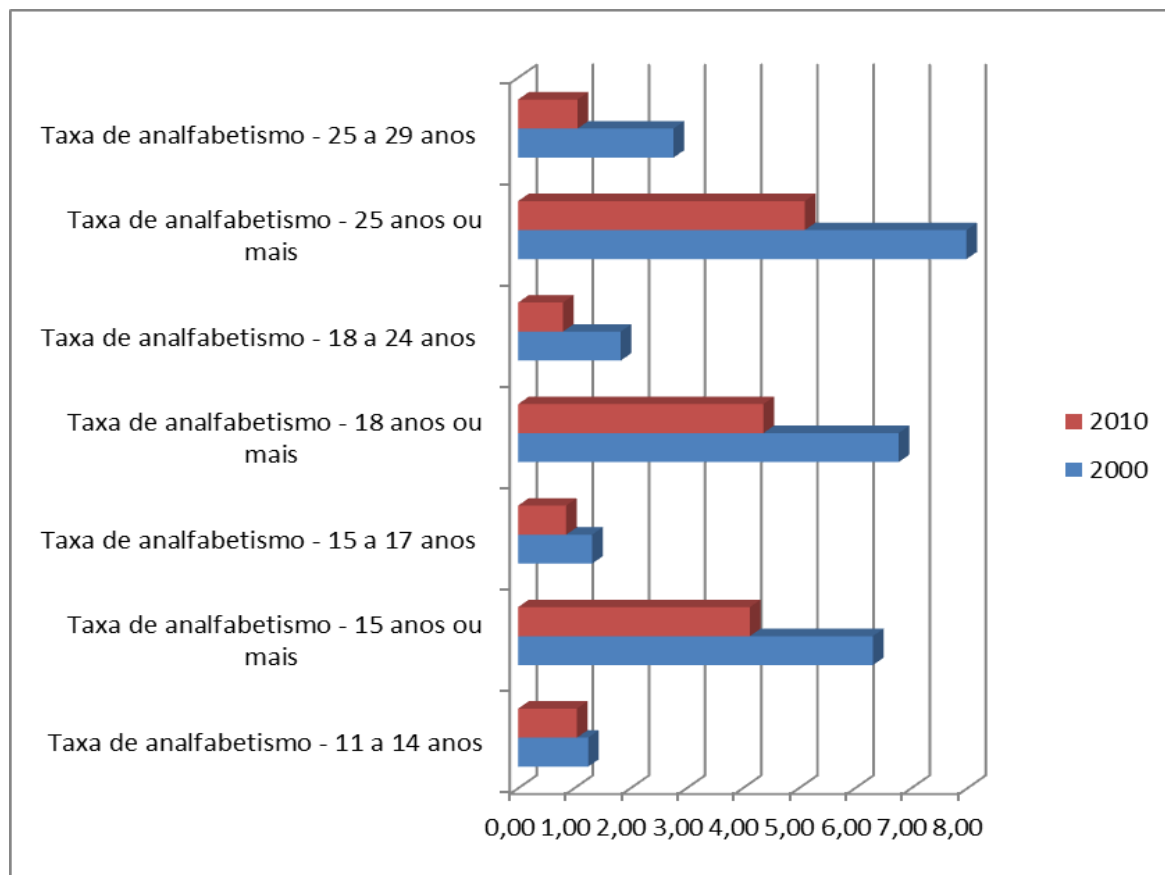


Fonte: PNUD, 2013  
Elaboração: Autora

Os resultados apresentados no Gráfico 3 apontam que as políticas educacionais catarinenses devem estar voltadas, principalmente, para os níveis fundamental, básico e médio a fim de alcançar um alto grau desenvolvimento humano na esfera educacional.

A taxa de analfabetismo do estado apresenta a seguinte evolução, para os anos de 2000 e 2010:

**Gráfico 4 - Santa Catarina: Taxa de Analfabetismo por faixa etária 2000 e 2010**



Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Os dados do Gráfico 4 indicam que houve uma melhoria significativa no tocante à alfabetização, sendo que o número de analfabetos do estado apresentou uma redução, principalmente na faixa da população de 25 anos ou mais. Os resultados indicam que as políticas públicas voltadas a sanar este problema estão obtendo bons resultados, ainda que não sejam resultados ideais.

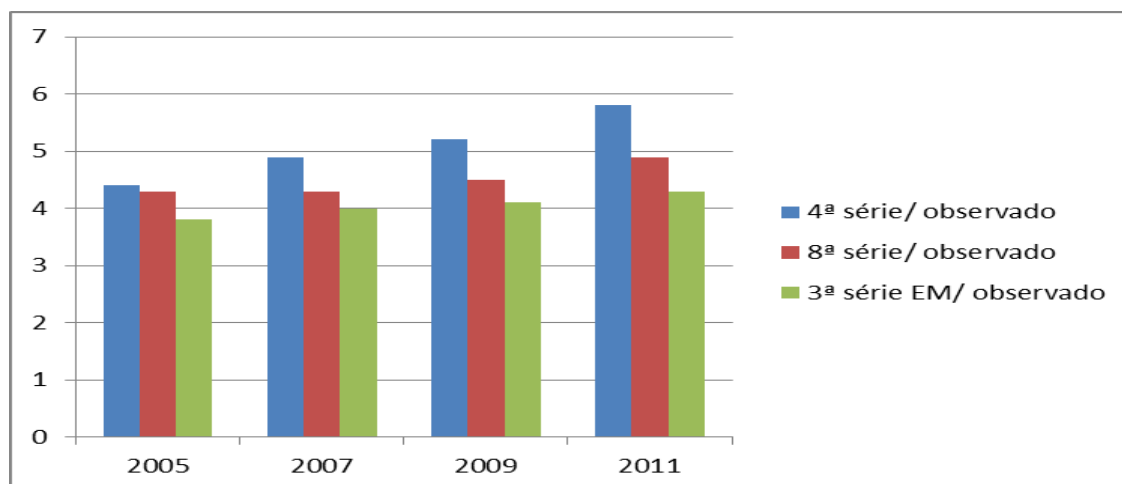
#### 3.4.2. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

O desempenho escolar pode ser mensurado através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007 e que combina os resultados em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb), obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª

e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio), com informações sobre rendimento escolar (aprovação). Esse indicador tem a finalidade de medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino, sendo que as últimas são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar seis pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos. De acordo com a Nota Técnica do IDEB, um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo com que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica, não é desejável, mesmo que aqueles que concluem essa etapa de ensino atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Por outro lado, um sistema em que todos os alunos concluem o ensino médio no período correto não é de interesse caso os alunos aprendam muito pouco na escola. Em suma, um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem. O problema central no cenário nacional são as altas taxas de repetência dos estudantes, bem como a elevada proporção de adolescentes que abandonam a escola antes mesmo de concluir a educação básica e a baixa proficiência obtida pelos alunos em exames padronizados. Este indicador foi desenvolvido para sintetizar informações de desempenho em exames padronizados com informações sobre rendimento escola e assim permitir o monitoramento do sistema de ensino do País, detectando escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa performance em termos de rendimento e proficiência, e possibilitando o monitoramento da evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino.

Santa Catarina vem apresentando excelentes resultados deste indicador, sendo que apresentou um crescimento dos resultados em todos os períodos.

**Gráfico 5 - IDEB Santa Catarina - 2005 a 2011**



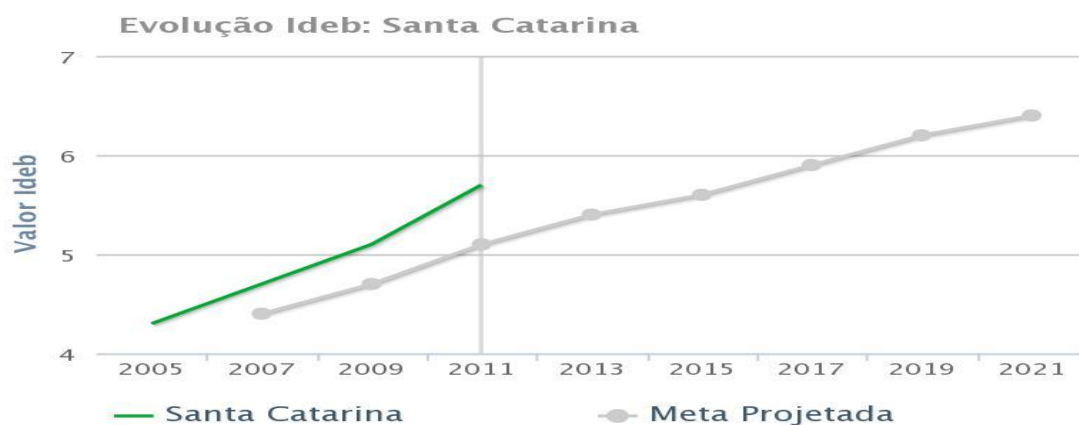
Fonte: INEP, 2013  
Elaboração: Autora

Além disto, o estado conseguiu superar as metas projetadas (Gráfico 6), sendo referencia nacional. Os resultados de 2011 relacionados aos anos iniciais, segundo Dirksen e Alvarez (2012), foram influenciados pelo resultado positivo na Prova Brasil, pelo preparo dos docentes, sendo que nesta etapa de ensino 82,00 % dos professores possuem curso superior completo, pelos projetos desenvolvidos nas escolas, e pelo comprometimento da comunidade como um todo. Ainda, a taxa de aprovação teve pouca influência em virtude desta se apresentar num patamar elevado. 78,7% das escolas ultrapassaram a média nacional, sendo que nesta esfera, para os resultados de 2011, o estado passou a ocupar o segundo lugar no IDEB tendo um crescimento de 14,00% em relação ao IDEB 2009, e apesar de ser o segundo colocado foi o estado que apresentou maior evolução. Nos anos finais o aprimoramento no desempenho foi em decorrência da melhoria da taxa de aprovação e aumento da nota de matemática 0,81% em relação a 2009. Assim como nos anos iniciais esta melhoria no IDEB, também teve influência a formação dos docentes, nesta etapa de ensino os docentes que atuam 92,31% possuem curso superior, outro fator que influenciou na melhoria da nota também destaca-se os projetos realizados nas escolas, que são a base para o sucesso e o desenvolvimento de uma educação com qualidade. Esta etapa de ensino ocupou, no ano de 2011, o primeiro lugar nacional e apresentou também o melhor crescimento com relação ao IDEB 2009, atingindo 11,90% de crescimento. Para os anos finais, ocupou também o



primeiro lugar entre os estados da rede estadual, obtendo o crescimento de 8,1% no IDEB/2011 com relação a 2009.

**Gráfico 6 - Evolução IDEB: Santa Catarina x Metas projetadas – 2005-2021**



Fonte: INEP, 2011.

Os dados apresentados indicam que Santa Catarina é referência nacional no setor, sendo que o estado lidera duas categorias do IDEB e é o segundo maior investidor por estudante da rede pública, investindo o valor de R\$ 6.829,52 por aluno. A comparação dos valores investidos e desempenho do IDEB com outros estados serão realizados no Capítulo IV.

### 3.5. Comparações Dados Temporais Cidades

Para analisar se houve a descentralização da melhoria nos desempenhos das cidades após a criação das SDR, serão comparados o IDH e IDH-M de todos os municípios e secretarias nos anos de 2000 e 2010, sendo que os valores da SDR serão obtidos através da média dos resultados obtidos pelas cidades que as compõe.

O Estado de Santa Catarina possui 295 subdivisões políticas, ou seja, 295 municípios, organizados administrativamente em 36 secretarias.<sup>1</sup> A SDR de Araranguá, composta por 15 municípios, apresenta os seguintes IDHM e IDHM Educação:

---

<sup>1</sup> São elas: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Araranguá, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Brusque, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador, Secretaria de Estado

**Tabela 6. SDR Araranguá: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Araranguá	0,666	0,76	0,533	0,691
Balneário Arroio do Silva	0,654	0,746	0,509	0,642
Balneário Gaivota	0,625	0,728	0,48	0,622
Ermo	0,634	0,723	0,504	0,592
Jacinto Machado	0,616	0,721	0,447	0,628
Maracajá	0,685	0,781	0,57	0,708
Meleiro	0,612	0,708	0,478	0,633
Morro Grande	0,572	0,701	0,401	0,548
Passo de Torres	0,602	0,72	0,431	0,618
Praia Grande	0,598	0,718	0,436	0,636
Santa Rosa do Sul	0,6	0,705	0,457	0,618
São João do Sul	0,574	0,695	0,391	0,587
Sombrio	0,626	0,728	0,447	0,617
Timbé do Sul	0,57	0,72	0,347	0,606
Turvo	0,662	0,74	0,481	0,631
<b>SDR Araranguá</b>	<b>0,6197</b>	<b>0,7263</b>	<b>0,4608</b>	<b>0,6251</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Os resultados indicam que a média das cidades que compõe esta SDR evoluiu nos dois índices, apontando para uma melhoria do desenvolvimento humano, sendo que no que diz respeito ao IDHM Educação, os resultados evoluíram do patamar de baixo para médio desenvolvimento. O município da SDR que apresentou um maior crescimento no índice de

---

de Desenvolvimento Regional de Campos Novos, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Canoinhas, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Chapecó, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Concórdia, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Curitibanos, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Ibirama, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Itajaí, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Itapiranga, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Ituporanga, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joaçaba, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Lages, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Laguna, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Maravilha, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Palmitos, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Quilombo, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Seara, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Taió, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Timbó, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Tubarão, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Videira e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Xanxerê.

educação do ano de 2000 para 2010 foi o município de Timbé do Sul e o que apresenta o IDHM Educação mais alto para o período de 2010 é o município de Maracajá.

**Tabela 7. SDR Blumenau: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Blumenau	0,727	0,806	0,611	0,722
Gaspar	0,635	0,747	0,475	0,651
Ilhota	0,557	0,667	0,363	0,53
Luiz Alves	0,697	0,789	0,557	0,718
Pomerode	0,708	0,78	0,581	0,687
<b>SDR Blumenau</b>	<b>0,6648</b>	<b>0,7578</b>	<b>0,5174</b>	<b>0,6616</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

A SDR de Blumenau também apresentou uma melhoria nos resultados, conforme Tabela 7, sendo que para o índice da Educação, o município com o valor mais alto é o de Blumenau e o que apresentou um maior crescimento do indicador de um período para outro foi o município de Gaspar.

No caso da SDR de Braço do Norte, composta por 7 municípios, a média das cidades passou do nível de baixo desenvolvimento para médio em ambos indicadores, sendo que a cidade de Santa Rosa de Lima foi a que apresentou a melhor evolução nos dois índices. Em 2010, o município dessa SDR com maior IDHM Educação foi Rio Fortuna. Em 2000, essa posição era ocupada pela cidade de Armazém, como demonstra a Tabela 8.

**Tabela 8. SDR Braço do Norte: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Braço do Norte	0,687	0,778	0,528	0,716
Armazém	0,666	0,77	0,539	0,698
Grão Pará	0,629	0,757	0,469	0,681
Rio Fortuna	0,652	0,806	0,503	0,727
Santa Rosa de Lima	0,587	0,757	0,417	0,71
São Ludgero	0,664	0,755	0,519	0,683
São Martinho	0,635	0,742	0,459	0,654
<b>SDR Braço do Norte</b>	<b>0,646</b>	<b>0,766</b>	<b>0,491</b>	<b>0,696</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Na SDR de Brusque, a cidade que apresentou mais evolução no IDHM Educação foi Botuverá, sendo que o município com o maior indicador foi Brusque. A SDR, de acordo com os dados do IDHM Educação avançou do patamar de baixo desenvolvimento para médio desenvolvimento humano educacional, sendo que para o IDHM, apesar de obter um crescimento, a secretaria manteve o nível médio para os dois períodos observados.

**Tabela 9. SDR Brusque: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Brusque	0,72	0,795	0,588	0,707
Botuverá	0,598	0,724	0,383	0,604
Canelinha	0,618	0,697	0,46	0,542
Guabiruba	0,622	0,751	0,475	0,646
Major Gercino	0,582	0,69	0,41	0,617
Nova Trento	0,646	0,748	0,486	0,628
São João Batista	0,663	0,74	0,523	0,634
Tijucas	0,669	0,76	0,51	0,672
<b>SDR Brusque</b>	<b>0,640</b>	<b>0,738</b>	<b>0,479</b>	<b>0,631</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

A Secretaria de Caçador apresentou crescimento nos dois índices, sendo que a cidade que apresentou o maior IDHM Educação em 2010 foi Macieira e a que apresentou uma maior evolução entre os períodos de 2000 a 2010 foi Calmon, apesar desta ainda sustentar um nível de baixo desenvolvimento na área de Educação, conforme Tabela abaixo:

**Tabela 10. SDR Caçador: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Caçador	0,601	0,735	0,398	0,62
Calmon	0,427	0,622	0,217	0,5
Lebon Régis	0,536	0,686	0,321	0,533
Macieira	0,652	0,777	0,523	0,723
Matos Costa	0,641	0,738	0,454	0,679
Rio das Antas	0,587	0,697	0,399	0,569
Timbó Grande	0,69	0,784	0,554	0,697
<b>SDR Caçador</b>	<b>0,591</b>	<b>0,720</b>	<b>0,409</b>	<b>0,617</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Para a SDR de Campos Novos, os resultados são os seguintes:

**Tabela 11. SDR Campos Novos: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Campos Novos	0,617	0,742	0,435	0,658
Abdon Batista	0,576	0,694	0,437	0,625
Brunópolis	0,481	0,661	0,249	0,545
Celso Ramos	0,562	0,719	0,424	0,692
Ibiam	0,618	0,708	0,438	0,586
Monte Carlo	0,53	0,643	0,344	0,511
Vargem	0,596	0,718	0,435	0,656
Zortéa	0,586	0,761	0,384	0,661
<b>SDR Campos Novos</b>	<b>0,571</b>	<b>0,706</b>	<b>0,393</b>	<b>0,617</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

A Tabela 11 indica que para o IDHM Educação, a média dos resultados das cidades que compõe esta secretaria evoluiu, alcançando o nível de médio desenvolvimento. A cidade que mais evoluiu segundo este indicador foi Brunópolis. O município que apresentou o índice mais elevado de IDHM Educação em 2010 foi Celso Ramos, sendo que no período anterior essa posição era ocupada pelo município de Ibiam.

**Tabela 12. SDR Canoinhas: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Canoinhas	0,64	0,757	0,504	0,692
Bela Vista do Toldo	0,491	0,675	0,299	0,598
Irineópolis	0,562	0,708	0,397	0,606
Major Vieira	0,627	0,768	0,413	0,699
Porto União	0,666	0,786	0,539	0,724
Três Barras	0,598	0,706	0,443	0,639
<b>SDR Canoinhas</b>	<b>0,597</b>	<b>0,733</b>	<b>0,433</b>	<b>0,660</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

A Tabela 12 traz os dados da SDR de Canoinhas, indicando que esta apresentou evolução nos dois indicadores, saindo do nível de baixo desenvolvimento para médio em relação ao IDHM Educação. O município desta SDR que mais evoluiu em relação à este índice foi Bela Vista do Toldo e o que apresentou o indicador mais elevado de educação para o ano de 2010 foi Porto União. No período anterior, este município também era o que apresentava o melhor IDHM Educação.

Para a SDR de Chapecó, o município que apresentou maior evolução no IDHM Educação foi Águas Frias e o que apresentou o maior indicador para ambos os períodos foi Chapecó. Os municípios desta secretaria apresentaram evolução nos dois indicadores, conforme Tabela 13:

**Tabela 13. SDR Chapecó: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Chapecó	0,682	0,79	0,551	0,727
Águas Frias	0,6	0,745	0,423	0,661
Caxambu do Sul	0,623	0,691	0,427	0,523
Cordilheira Alta	0,651	0,747	0,518	0,662
Coronel Freitas	0,606	0,744	0,439	0,653
Guatambú	0,654	0,758	0,508	0,684
Nova Erechim	0,659	0,765	0,495	0,686
Nova Itaberaba	0,589	0,736	0,398	0,605
Planalto Alegre	0,664	0,751	0,529	0,659
<b>SDR Chapecó</b>	<b>0,636</b>	<b>0,747</b>	<b>0,476</b>	<b>0,651</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

A SDR de Concórdia, composta por 7 municípios, também apresentou evolução em ambos os indicadores. Para o IDHM Educação, a cidade que mais se desenvolveu de um período para outro foi Piratuba e a que apresentou o maior indicador foi Concórdia. Estes dados podem ser observados na Tabela a seguir:

**Tabela 14. SDR Concórdia: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Concórdia	0,71	0,8	0,587	0,756
Alto Bela Vista	0,619	0,755	0,48	0,664
Ipira	0,603	0,759	0,465	0,695
Irani	0,547	0,707	0,362	0,609
Peritiba	0,655	0,766	0,51	0,669
Piratuba	0,6	0,758	0,414	0,714
Presidente Castello Branco	0,628	0,77	0,433	0,637
<b>SDR Concórdia</b>	<b>0,623</b>	<b>0,759</b>	<b>0,464</b>	<b>0,678</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

No Caso da SDR de Criciúma, a cidade que apresentou um maior crescimento do IDHM Educação de um ano para outro foi Treviso. A SDR apresentou crescimento nos dois indicadores, passando para o patamar de médio desenvolvimento no ano de 2010:

**Tabela 15. SDR Criciúma: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Criciúma	0,703	0,788	0,586	0,737
Cocal do Sul	0,695	0,78	0,6	0,74
Forquilha	0,628	0,731	0,479	0,637
Içara	0,637	0,738	0,474	0,607
Lauro Müller	0,497	0,649	0,276	0,537
Morro da Fumaça	0,617	0,738	0,426	0,665
Nova Veneza	0,659	0,768	0,509	0,703
Orleans	0,639	0,755	0,481	0,657
Siderópolis	0,669	0,774	0,541	0,701
Treviso	0,612	0,774	0,439	0,714
Urussanga	0,698	0,772	0,557	0,695
<b>SDR Criciúma</b>	<b>0,641</b>	<b>0,752</b>	<b>0,488</b>	<b>0,672</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

A SDR de Curitiba conseguiu evoluir para o nível de médio desenvolvimento no que diz respeito ao IDHM Educação, ainda que se mantenha próxima à faixa de baixo desenvolvimento. O município que mais evoluiu foi Ponte Alta do Norte e o que apresentou o melhor indicador de Educação foi o município de Curitiba, segundo indicado na Tabela 16:

**Tabela 16. SDR Curitiba: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Curitiba	0,621	0,721	0,455	0,62
Frei Rogério	0,626	0,708	0,465	0,618
Ponte Alta do Norte	0,52	0,673	0,316	0,568
Santa Cecília	0,552	0,698	0,369	0,597
São Cristóvão do Sul	0,518	0,665	0,311	0,543
<b>SDR Curitiba</b>	<b>0,567</b>	<b>0,693</b>	<b>0,383</b>	<b>0,589</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora



Dos municípios que integram a SDR de Dionísio Cerqueira, o que apresentou maior crescimento entre os dois períodos do IDHM Educação foi Princesa e o que apresentou o maior resultado para ambos indicadores no ano de 2010 foi Guarujá do Sul.

**Tabela 17. SDR Dionísio Cerqueira: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Dionísio Cerqueira	0,59	0,706	0,43	0,61
Anchieta	0,563	0,699	0,4	0,608
Guarujá do Sul	0,576	0,717	0,426	0,626
Palma Sola	0,571	0,704	0,394	0,622
Princesa	0,535	0,706	0,329	0,611
São José do Cedro	0,502	0,636	0,296	0,503
<b>SDR Dionísio Cerqueira</b>	<b>0,556</b>	<b>0,695</b>	<b>0,379</b>	<b>0,597</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

A SDR da Grande Florianópolis, cuja capital do Estado é parte integrante, apresentou os seguintes indicadores:

**Tabela 18. SDR Grande Florianópolis: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Águas Mornas	0,57	0,723	0,368	0,606
Angelina	0,552	0,687	0,36	0,581
Anitápolis	0,552	0,674	0,329	0,524
Antônio Carlos	0,661	0,749	0,487	0,615
Biguaçu	0,636	0,739	0,464	0,659
Florianópolis	0,6	0,715	0,412	0,593
Governador Celso Ramos	0,634	0,736	0,43	0,63
Palhoça	0,656	0,757	0,478	0,672
Rancho Queimado	0,604	0,753	0,416	0,644
Santo Amaro da Imperatriz	0,678	0,781	0,547	0,71
São Bonifácio	0,588	0,731	0,413	0,622
São Pedro de Alcântara	0,636	0,734	0,489	0,618
São José	0,627	0,731	0,456	0,625
<b>SDR Grande Florianópolis</b>	<b>0,615</b>	<b>0,732</b>	<b>0,435</b>	<b>0,623</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

O que se observa na Tabela 18 é que para esta SDR, a cidade que mais evoluiu em relação ao IDHM Educação foi a cidade de Águas Mornas. A cidade que apresentou os indicadores mais altos, em ambos os períodos foi Santo Amaro da Imperatriz.

**Tabela 19. SDR Ibirama: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Ibirama	0,616	0,741	0,458	0,645
Apiúna	0,578	0,708	0,393	0,584
Dona Emma	0,608	0,716	0,445	0,609
José Boiteux	0,582	0,719	0,417	0,610
Lontras	0,635	0,737	0,459	0,600
Presidente Getúlio	0,672	0,759	0,530	0,654
Presidente Nereu	0,550	0,737	0,322	0,609
Vitor Meirelles	0,539	0,673	0,321	0,522
Witmarsum	0,614	0,710	0,439	0,557
<b>SDR Ibirama</b>	<b>0,599</b>	<b>0,722</b>	<b>0,420</b>	<b>0,599</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

A SDR de Ibirama também apresentou um crescimento em ambos os indicadores, sendo que o município de Presidente Nereu foi o que apresentou maior evolução do ano de 2000 para o ano de 2010. Para dados de 2010, Presidente Getúlio é a cidade mais desenvolvida em relação ao IDHM e ao IDHM Educação.

**Tabela 20. SDR Itajaí: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Itajaí	0,670	0,775	0,533	0,723
Balneário Camboriú	0,777	0,845	0,668	0,789
Bombinhas	0,560	0,699	0,357	0,559
Camboriú	0,592	0,726	0,404	0,600
Itapema	0,634	0,761	0,460	0,682
Navegantes	0,606	0,736	0,434	0,624
Penha	0,631	0,743	0,459	0,640
Balneário Piçarras	0,642	0,756	0,470	0,668
Porto Belo	0,653	0,760	0,495	0,660
<b>SDR Itajaí</b>	<b>0,641</b>	<b>0,756</b>	<b>0,476</b>	<b>0,661</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Para a SDR de Itajaí, a cidade que mais evoluiu em relação ao IDHM Educação foi a cidade de Itapema e a que apresentou o maior resultado neste indicador foi Balneário Camboriú, ocupando o primeiro lugar de desenvolvimento nos dois períodos e para ambos indicadores.

**Tabela 21. SDR Itapiranga: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Itapiranga	0,660	0,771	0,505	0,698
Iporã do Oeste	0,514	0,660	0,332	0,540
Santa Helena	0,608	0,727	0,448	0,653
São João do Oeste	0,643	0,761	0,541	0,668
Tunápolis	0,637	0,752	0,510	0,704
<b>SDR Itapiranga</b>	<b>0,612</b>	<b>0,734</b>	<b>0,467</b>	<b>0,653</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

De acordo com a Tabela 21, a SDR de Itapiranga apresentou crescimento nos dois indicadores, sendo que Iporã do Oeste foi o município que apresentou maior evolução do IDHM Educação de um período para o outro, ainda que seu índice esteja próximo à faixa de baixo desenvolvimento.

**Tabela 22. SDR Ituporanga: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Ituporanga	0,609	0,732	0,450	0,657
Alfredo Wagner	0,548	0,668	0,292	0,481
Atalanta	0,599	0,733	0,418	0,668
Aurora	0,601	0,733	0,390	0,606
Chapadão do Lageado	0,490	0,704	0,263	0,616
Imbuia	0,678	0,777	0,525	0,701
Leoberto Leal	0,659	0,743	0,510	0,636
Petrolândia	0,586	0,716	0,396	0,618
Vidal Ramos	0,570	0,700	0,375	0,588
<b>SDR Ituporanga</b>	<b>0,593</b>	<b>0,723</b>	<b>0,402</b>	<b>0,619</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Os dados de 2010, para a SDR de Ituporanga, indicam que houve crescimento do desenvolvimento nas cidades que integram esta Secretaria. De acordo com o IDHM Educação, o município que mais cresceu de um período para outro foi Chapadão do Lageado, passando de 0,263 para 0,616, atingindo o médio desenvolvimento.

**Tabela 23. SDR Jaraguá do Sul: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Jaraguá do Sul	0,591	0,709	0,501	0,611
Corupá	0,652	0,780	0,489	0,707
Guaramirim	0,650	0,730	0,474	0,639
Massaranduba	0,512	0,657	0,288	0,541
Schroeder	0,712	0,769	0,611	0,710
<b>SDR Jaraguá do Sul</b>	<b>0,623</b>	<b>0,729</b>	<b>0,473</b>	<b>0,642</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Na SDR de Jaraguá do Sul, a cidade com maior crescimento no IDHM Educação foi Massaranduba, sendo que a cidade de Schroeder foi a obteve maior resultado deste indicador no período de 2010 e a cidade de Corupá obteve o maior resultado no ano de 2000 (Tabela 23).

**Tabela 24. SDR Joaçaba: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Joaçaba	0,711	0,809	0,560	0,749
Água Doce	0,627	0,698	0,450	0,574
Capinzal	0,628	0,752	0,444	0,659
Catanduvas	0,622	0,714	0,470	0,625
Ercivaldo	0,656	0,758	0,518	0,676
Herval d'Oeste	0,587	0,725	0,376	0,631
Ibicare	0,655	0,737	0,500	0,630
Jaborá	0,569	0,716	0,388	0,633
Lacerdópolis	0,674	0,770	0,534	0,697
Luzerna	0,541	0,662	0,304	0,533
Ouro	0,655	0,774	0,481	0,677
Treze Tílias	0,668	0,795	0,521	0,685
Vargem Bonita	0,531	0,629	0,309	0,495
<b>SDR Joaçaba</b>	<b>0,625</b>	<b>0,734</b>	<b>0,450</b>	<b>0,636</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

A cidade da SDR de Joaçaba que apresentou uma maior evolução entre os dois períodos para o IDHM Educação foi Herval d'Oeste e para o IDHM foi Jaborá. A cidade com o melhores indicadores para o ano de 2010 desta secretaria é Joaçaba.

**Tabela 25. SDR Joinville: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Joinville	0,564	0,694	0,370	0,578
Araquari	0,578	0,703	0,393	0,602
Barra Velha	0,627	0,738	0,444	0,639
Balneário Barra do Sul	0,639	0,716	0,481	0,611
Garuva	0,670	0,765	0,513	0,655
Itapoá	0,633	0,748	0,454	0,638
São Francisco do Sul	0,658	0,762	0,496	0,699
São João do Itaperiú	0,607	0,738	0,411	0,645
<b>SDR Joinville</b>	<b>0,622</b>	<b>0,733</b>	<b>0,445</b>	<b>0,633</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

A SDR de Joinville apresentou evolução nos dois indicadores, sendo que a cidade que apresenta o maior IDHM Educação para 2010 é São Francisco do Sul. A cidade que mais evoluiu de um período para outro neste indicador foi São João do Itaperiú.

Para a SDR de Lages, os resultados são os seguintes:

**Tabela 26. SDR Lages: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Lages	0,646	0,752	0,496	0,682
Anita Garibaldi	0,544	0,688	0,374	0,592
Bocaina do Sul	0,505	0,647	0,312	0,549
Campo Belo do Sul	0,488	0,641	0,273	0,528
Capão Alto	0,506	0,654	0,304	0,516
Cerro Negro	0,475	0,621	0,278	0,455
Correia Pinto	0,587	0,702	0,425	0,614
Otacílio Costa	0,635	0,740	0,511	0,681
Painel	0,528	0,664	0,314	0,543
Palmeira	0,544	0,671	0,333	0,557
Ponte Alta	0,576	0,689	0,402	0,605
São José do Cerrito	0,718	0,809	0,593	0,752
<b>SDR Lages</b>	<b>0,563</b>	<b>0,690</b>	<b>0,385</b>	<b>0,590</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

De acordo com a Tabela 26, a cidade cujo IDHM Educação mais cresceu em relação aos períodos comparados foi Campo Belo do Sul. A cidade desta secretaria que apresenta o melhor resultado para ambos os indicadores em 2010 é São José do Cerrito.

**Tabela 27. SDR Laguna: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Laguna	0,667	0,771	0,525	0,712
Garopaba	0,555	0,725	0,327	0,640
Imaruí	0,658	0,765	0,530	0,703
Imbituba	0,551	0,713	0,342	0,602
Paulo Lopes	0,598	0,716	0,418	0,600
<b>SDR Laguna</b>	<b>0,606</b>	<b>0,738</b>	<b>0,428</b>	<b>0,651</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Para a SDR de Laguna, que obteve crescimento nos dois indicadores, a cidade que apresentou maior evolução no IDHM Educação foi Garopaba e a que apresentou o melhor resultado, Laguna.

**Tabela 28. SDR Mafra: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Mafra	0,591	0,698	0,406	0,563
Campo Alegre	0,582	0,714	0,394	0,636
Itaiópolis	0,705	0,796	0,555	0,727
Monte Castelo	0,571	0,675	0,401	0,581
Papanduva	0,564	0,704	0,386	0,603
Rio Negrinho	0,616	0,738	0,459	0,668
São Bento do Sul	0,679	0,782	0,529	0,719
<b>SDR Mafra</b>	<b>0,615</b>	<b>0,730</b>	<b>0,447</b>	<b>0,642</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Em relação às cidades que compõem a SDR de Mafra, Itaiópolis foi a que apresentou o maior valor em 2010 para o IDHM Educação, sendo que Campo Alegre foi a cidade que mais cresceu em relação a este indicador na comparação dos dois períodos.

**Tabela 29. SDR Maravilha: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Maravilha	0,634	0,743	0,438	0,636
Saudades	0,635	0,755	0,477	0,700
Bom Jesus do Oeste	0,569	0,712	0,394	0,601
Flor do Sertão	0,766	0,847	0,660	0,800
Iraceminha	0,605	0,742	0,401	0,675
Modelo	0,630	0,760	0,475	0,659
Pinhalzinho	0,663	0,783	0,515	0,716
Romelândia	0,534	0,692	0,358	0,561
Saltinho	0,535	0,654	0,349	0,551
Santa Terezinha do Progresso	0,534	0,669	0,337	0,575
São Miguel da Boa Vista	0,705	0,801	0,593	0,739
Tigrinhos	0,538	0,717	0,379	0,633
Serra Alta	0,612	0,773	0,444	0,694
Sul Brasil	0,550	0,707	0,371	0,595
<b>SDR Maravilha</b>	<b>0,608</b>	<b>0,740</b>	<b>0,442</b>	<b>0,653</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Na SDR de Maravilha, o município com maior crescimento do IDHM Educação foi Iraceminha, passando de 0,401 em 2000 para 0,675 em 2010.

**Tabela 30. SDR Palmitos: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Palmitos	0,619	0,737	0,433	0,632
Águas de Chapecó	0,582	0,713	0,375	0,629
Caibi	0,631	0,728	0,450	0,631
Cunha Porã	0,635	0,742	0,480	0,682
Cunhataí	0,651	0,754	0,464	0,623
Mondai	0,607	0,748	0,442	0,657
Riqueza	0,606	0,714	0,432	0,624
São Carlos	0,671	0,769	0,494	0,688
<b>SDR Palmitos</b>	<b>0,625</b>	<b>0,738</b>	<b>0,446</b>	<b>0,646</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Dos municípios que integram a SDR de Palmitos, o que apresenta o maior IDHM Educação nos dois períodos é o município de São Carlos. A cidade que apresenta a maior evolução deste indicador do ano de 2000 para o ano de 2010 é Águas de Chapecó.

**Tabela 31. SDR Quilombo: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Quilombo	0,614	0,730	0,453	0,656
Formosa do Sul	0,641	0,753	0,476	0,657
Irati	0,533	0,699	0,306	0,567
Jardinópolis	0,741	0,827	0,651	0,771
Santiago do Sul	0,584	0,728	0,463	0,652
União do Oeste	0,608	0,705	0,443	0,606
<b>SDR Quilombo</b>	<b>0,620</b>	<b>0,740</b>	<b>0,465</b>	<b>0,652</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Conforme dados da Tabela 31, a cidade da SDR de Quilombo que apresentou a maior evolução do IDHM Educação no período delimitado foi a de Irati e a que possui o maior valor para ambos indicadores é no ano de 2010 é Jardinópolis.

**Tabela 32. SDR Rio do Sul: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Rio do Sul	0,626	0,729	0,445	0,634
Agrolândia	0,593	0,725	0,433	0,633
Agronômica	0,602	0,741	0,405	0,595
Braço do Trombudo	0,625	0,780	0,452	0,702
Laurentino	0,640	0,735	0,511	0,677
Rio do Oeste	0,637	0,754	0,465	0,625
Trombudo Central	0,657	0,775	0,517	0,696
<b>SDR Rio do Sul</b>	<b>0,626</b>	<b>0,748</b>	<b>0,461</b>	<b>0,652</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

A SDR de Rio do Sul apresentou evolução nos dois indicadores, destacando-se o crescimento do IDHM Educação da cidade de Agrolândia, que apresentou a maior evolução



no período. A cidade que obteve os maiores resultados em 2010 foi Braço do Trombudo, sendo que no período anterior Trombudo Central ocupava essa posição.

**Tabela 33. SDR São Joaquim: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
São Joaquim	0,589	0,687	0,411	0,562
Bom Jardim da Serra	0,661	0,781	0,519	0,732
Bom Retiro	0,549	0,718	0,368	0,606
Rio Rufino	0,544	0,653	0,347	0,530
Urubici	0,592	0,694	0,412	0,562
Urupema	0,578	0,699	0,378	0,622
<b>SDR São Joaquim</b>	<b>0,586</b>	<b>0,705</b>	<b>0,406</b>	<b>0,602</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Dos municípios da SDR de São Joaquim, a cidade com o maior crescimento de IDHM Educação foi Urupema e a cidade que apresentou os maiores indicadores para 2010 foi Bom Jardim da Serra.

**Tabela 34. SDR São Lourenço do Oeste: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
São Lourenço do Oeste	0,655	0,749	0,520	0,695
Campo Erê	0,560	0,690	0,387	0,595
Coronel Martins	0,588	0,696	0,435	0,609
Galvão	0,635	0,753	0,476	0,668
Jupia	0,700	0,781	0,535	0,708
Novo Horizonte	0,560	0,706	0,362	0,594
São Bernardino	0,522	0,677	0,319	0,577
<b>SDR São Lourenço do Oeste</b>	<b>0,603</b>	<b>0,722</b>	<b>0,433</b>	<b>0,635</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

A SDR de São Lourenço do Oeste apresentou crescimento nos dois indicadores, e a cidade integrante desta secretaria que apresentou a maior evolução do indicador de Educação foi São Bernardino.

**Tabela 35. SDR São Miguel d'Oeste: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
São Miguel d'Oeste	0,548	0,710	0,388	0,615
Bandeirante	0,548	0,672	0,362	0,565
Barra Bonita	0,543	0,701	0,376	0,599
Belmonte	0,559	0,705	0,395	0,611
Descanso	0,609	0,743	0,462	0,647
Guaraciaba	0,685	0,751	0,569	0,641
Paraíso	0,547	0,700	0,334	0,565
<b>SDR São Miguel d'Oeste</b>	<b>0,577</b>	<b>0,712</b>	<b>0,412</b>	<b>0,606</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Na SDR de São Miguel d'Oeste, o maior crescimento do IDHM Educação foi o do município de Paraíso e o melhor resultado para este indicador foi conquistado pelo município de Descanso, em ambos os anos analisados.

**Tabela 36. SDR Seara: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Seara	0,663	0,779	0,490	0,674
Arabutã	0,623	0,733	0,444	0,614
Arvoredo	0,569	0,715	0,359	0,610
Ipumirim	0,606	0,722	0,453	0,628
Itá	0,688	0,795	0,565	0,730
Lindóia do Sul	0,614	0,704	0,449	0,579
Paial	0,548	0,718	0,352	0,620
Xavantina	0,653	0,749	0,459	0,632
<b>SDR Seara</b>	<b>0,621</b>	<b>0,739</b>	<b>0,446</b>	<b>0,636</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

A SDR de Seara apresentou crescimento nos dois indicadores. A cidade que mais se desenvolveu do período de 2000 para o de 2010 em relação ao IDHM Educação foi a de Paial e a que obteve o maior indicador nos dois períodos foi Itá.

A SDR de Taió apresenta os seguintes resultados:

**Tabela 37. SDR Taió: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Taió	0,640	0,761	0,460	0,670
Doce	0,639	0,742	0,469	0,622
Pouso Redondo	0,589	0,720	0,384	0,598
Rio do Campo	0,581	0,729	0,402	0,650
Salete	0,643	0,744	0,527	0,695
Santa Terezinha	0,551	0,682	0,363	0,585
<b>SDR Taió</b>	<b>0,607</b>	<b>0,730</b>	<b>0,434</b>	<b>0,637</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Como observado na Tabela 37, o maior crescimento entre os períodos do IDHM Educação é obtido pelo município de Rio do Campo. A cidade que apresenta o maior valor para este indicador em 2010 é Salete, que também apresentava o melhor desempenho em 2000.

**Tabela 38. SDR Timbó: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Timbó	0,453	0,659	0,238	0,565
Ascurra	0,603	0,742	0,417	0,636
Benedito Novo	0,617	0,740	0,439	0,645
Doutor Pedrinho	0,487	0,657	0,331	0,550
Indaial	0,708	0,795	0,595	0,749
Rio dos Cedros	0,698	0,802	0,583	0,727
Rodeio	0,675	0,754	0,543	0,626
<b>SDR Timbó</b>	<b>0,606</b>	<b>0,736</b>	<b>0,449</b>	<b>0,643</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Das cidades que integram a SDR de Timbó, em 2010 o melhor resultado do IDHM Educação foi obtido por Indaial e a cidade que apresentou maior evolução neste indicador de um período para outro foi Timbó.

**Tabela 39. SDR Tubarão: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Tubarão	0,721	0,796	0,607	0,740
Capivari de Baixo	0,672	0,767	0,570	0,716
Gravatal	0,677	0,754	0,515	0,653
Jaguaruna	0,740	0,803	0,652	0,755
Pedras Grandes	0,609	0,728	0,428	0,621
Sangão	0,567	0,700	0,340	0,554
Treze de Maio	0,607	0,729	0,407	0,602
<b>SDR Tubarão</b>	<b>0,656</b>	<b>0,754</b>	<b>0,503</b>	<b>0,663</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Os resultados da SDR de tubarão, Tabela 39, apontam crescimento nos dois indicadores para todos os municípios integrantes. O município que mais evoluiu em relação ao IDHM Educação foi Sangão, apesar de ainda se manter próximo a faixa de baixo desenvolvimento. Já o município que apresenta o melhor indicador é Jaguaruna, tanto para o período de 2000 como para o de 2010.

**Tabela 40. SDR Videira: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Videira	0,683	0,764	0,540	0,675
Arroio Trinta	0,670	0,764	0,535	0,653
Fraiburgo	0,533	0,682	0,352	0,588
Iomerê	0,640	0,736	0,526	0,657
Pinheiro Preto	0,644	0,777	0,545	0,712
Salto Veloso	0,666	0,784	0,508	0,705
Tangará	0,590	0,737	0,372	0,617
<b>SDR Videira</b>	<b>0,632</b>	<b>0,749</b>	<b>0,483</b>	<b>0,658</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Na SDR de Videira, a cidade que apresenta a maior evolução do IDHM Educação é Tangará e a que apresenta o maior indicador para o ano de 2010 é Pinheiro Preto.

**Tabela 41. SDR Xanxerê: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010
Xanxerê	0,674	0,775	0,555	0,711
Abelardo Luz	0,579	0,696	0,371	0,578
Bom Jesus	0,553	0,696	0,324	0,568
Entre Rios	0,599	0,726	0,446	0,67
Faxinal dos Guedes	0,588	0,708	0,428	0,608
Ipuaçu	0,617	0,738	0,436	0,631
Lajeado Grande	0,659	0,749	0,506	0,662
Marema	0,703	0,774	0,576	0,714
Ouro Verde	0,636	0,695	0,494	0,611
Passos Maia	0,543	0,659	0,355	0,547
Ponte Serrada	0,566	0,693	0,39	0,61
São Domingos	0,661	0,765	0,524	0,675
Vargeão	0,64	0,686	0,479	0,551
Xaxim	0,652	0,752	0,503	0,662
<b>SDR Xanxerê</b>	<b>0,619</b>	<b>0,722</b>	<b>0,456</b>	<b>0,628</b>

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

A SDR de Xanxerê apresenta crescimento nos dois indicadores, sendo que a cidade que possui o maior crescimento do IDHM Educação é Bom Jesus e a que apresenta o maior indicador para o período de 2010 é Marema.

Todas as SDR apresentam crescimento nos dois indicadores, sendo que a SDR que obteve o melhor resultado no IDHM Educação no ano de 2010 foi a SDR de Braço do Norte, enquanto que em 2000 a SDR que apresentava o melhor indicador era a de Blumenau. A SDR que apresentou o maior crescimento neste indicador foi a SDR de Canoinhas, conforme disposto em ordem decrescente na Tabela 42:

**Tabela 42. Comparação entre as SDR: IDHM e IDHM Educação**

Município	IDHM Educação		Crescimento entre os períodos
	2000	2010	
SDR Canoinhas	0,433	0,660	0,227
SDR Campos Novos	0,393	0,617	0,224
SDR Laguna	0,428	0,651	0,223
SDR Dionísio Cerqueira	0,379	0,597	0,218
SDR Ituporanga	0,402	0,619	0,217
SDR Concórdia	0,464	0,678	0,214
SDR Maravilha	0,442	0,653	0,211
SDR Caçador	0,409	0,617	0,208
SDR Curitibaanos	0,383	0,589	0,206
SDR Braço do Norte	0,491	0,696	0,205
SDR Lages	0,385	0,59	0,205
SDR Taió	0,434	0,637	0,203
SDR São Lourenço do Oeste	0,433	0,635	0,202
SDR Palmitos	0,446	0,646	0,200
SDR Itapiranga	0,438	0,641	0,203
SDR São Joaquim	0,406	0,602	0,196
SDR Mafra	0,447	0,642	0,195
SDR São Miguel d'Oeste	0,412	0,606	0,194
SDR Timbó	0,449	0,643	0,194
SDR Rio do Sul	0,461	0,652	0,191
SDR Seara	0,446	0,636	0,190
SDR Grande Florianópolis	0,435	0,623	0,188
SDR Joinville	0,445	0,633	0,188
SDR Quilombo	0,465	0,652	0,187
SDR Joaçaba	0,45	0,636	0,186
SDR Itajaí	0,476	0,661	0,185
SDR Criciúma	0,488	0,672	0,184
SDR Itapiranga	0,4648	0,651	0,186
SDR Ibirama	0,42	0,599	0,179
SDR Chapecó	0,476	0,651	0,175
SDR Videira	0,483	0,658	0,175
SDR Xanxerê	0,456	0,628	0,172
SDR Jaraguá do Sul	0,473	0,642	0,169
SDR Araranguá	0,461	0,625	0,164
SDR Tubarão	0,503	0,663	0,160
SDR Brusque	0,479	0,631	0,152

---

SDR Blumenau	0,517	0,662	0,144
--------------	-------	-------	-------

---

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Apesar de ter apresentado uma evolução nos resultados, os mesmos ainda não são os ideais para atingir um alto nível de desenvolvimento e bem estar social, indicando que é necessário que as políticas educacionais atuem de forma mais eficiente. O que se observa, através dos dados indicados é que as SDR que apresentavam resultados abaixo de 0,500 para o IDHM Educação, e por tanto, estavam classificadas no patamar de baixo nível de desenvolvimento, obtiveram uma melhoria nos resultados evoluindo para médio desenvolvimento.

## **CAPITULO IV - IDHM EDUCAÇÃO: COMPARATIVO COM OUTROS ESTADOS BRASILEIROS/PAÍSES**

### **4.1. Santa Catarina: comparativo da Educação com outros Estados**

A comparação da Educação em Santa Catarina com os demais estados será feita através dos dados do IDHM Educação nos anos de 2000 e 2010 e da evolução dos resultados do IDEB no período de 2005 a 2011. Esta comparação tem como objetivo verificar a posição do estado em âmbito nacional, e assim observar o desempenho de Santa Catarina em relação aos demais estados brasileiros, confirmando ou não, a condição de referência nacional no setor educacional.

Do ano de 2000 para o ano de 2010, Santa Catarina conseguiu subir uma posição no IDHM Educação, passando da quarta para terceira posição no ranking dos estados brasileiros, conforme Tabela 43 abaixo:



**Tabela 43. Estados brasileiros: IDHM e IDHM Educação**

<b>IDHM Educação – Brasil</b>			
<b>UF</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>Posição</b>
Distrito Federal	0,582	0,742	1°
São Paulo	0,581	0,719	2°
<b>Santa Catarina</b>	<b>0,526</b>	<b>0,697</b>	<b>3°</b>
Rio de Janeiro	0,53	0,675	4°
Paraná	0,522	0,668	5°
Espírito Santo	0,491	0,653	6°
Goiás	0,439	0,646	7°
Rio Grande do Sul	0,505	0,642	8°
Minas Gerais	0,47	0,638	9°
Mato Grosso	0,426	0,635	10°
Amapá	0,424	0,629	11°
Mato Grosso do Sul	0,445	0,629	12°
Roraima	0,457	0,628	13°
Tocantins	0,348	0,624	14°
Ceará	0,377	0,615	15°
Rio Grande do Norte	0,396	0,597	16°
Rondônia	0,345	0,577	17°
Pernambuco	0,372	0,574	18°
Maranhão	0,312	0,562	19°
Amazonas	0,324	0,561	20°
Sergipe	0,343	0,56	21°
Acre	0,325	0,559	22°
Paraíba	0,331	0,555	23°
Bahia	0,332	0,555	24°
Piauí	0,301	0,547	25°
Pará	0,319	0,528	26°
Alagoas	0,282	0,52	27°

Fonte: PNUD, 2013  
Elaboração: Autora

O IDEB referente à 4ª série/5º Ano para os anos de 2005 à 2011 entre os Estados brasileiros apresentou os seguintes resultados:

**Tabela 44. Estados brasileiros: IDEB observado 4ª Série/5º Ano**

<b>IDEB Observado 4ª Série/ 5º Ano</b>				
<b>Estado</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>
Minas Gerais	4,7	4,7	5,6	5,9
Santa Catarina	4,4	4,9	5,2	5,8
Distrito Federal	4,8	5	5,6	5,7
São Paulo	4,7	5	5,5	5,6
Paraná	4,6	5	5,4	5,6
Goiás	4,1	4,3	4,9	5,3
Espírito Santo	4,2	4,6	5,1	5,2
Rio Grande do Sul	4,3	4,6	4,9	5,1
Mato Grosso	3,6	4,4	4,9	5,1
Rio de Janeiro	4,3	4,4	4,7	5,1
Mato Grosso do Sul	3,6	4,3	4,6	5,1
Tocantins	3,5	4,1	4,5	4,9
Ceará	3,2	3,8	4,4	4,9
Roraima	3,7	4,1	4,3	4,7
Rondônia	3,6	4	4,3	4,7
Acre	3,4	3,8	4,3	4,6
Piauí	2,8	3,5	4	4,4
Pernambuco	3,2	3,6	4,1	4,3
Amazonas	3,1	3,6	3,9	4,3
Paraíba	3	3,4	3,9	4,3
Bahia	2,7	3,4	3,8	4,2
Pará	2,8	3,1	3,6	4,2
Maranhão	2,9	3,7	3,9	4,1
Rio Grande do Norte	2,7	3,4	3,9	4,1
Amapá	3,2	3,4	3,8	4,1
Sergipe	3	3,4	3,8	4,1
Alagoas	2,5	3,3	3,7	3,8

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Santa Catarina ocupou o quinto lugar no ranking em 2005, subindo para o quarto lugar em 2007. Em 2009 decaiu para a quinta posição novamente, porém no ano de 2011 seus resultados foram excelentes, assumindo o segundo lugar em relação ao IDEB aplicado à faixa da 4ª série/5ºano, indicando uma melhora no setor educacional do Estado.

**Tabela 45. Estados brasileiros: IDEB Observado 8ª Série/9º Ano**

<b>IDEB Observado 8ª Série/ 9º Ano</b>				
<b>Estado</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>
Santa Catarina	4,3	4,3	4,5	4,9
São Paulo	4,2	4,3	4,5	4,7
Minas Gerais	3,8	4	4,3	4,6
Mato Grosso	3,1	3,8	4,3	4,5
Distrito Federal	3,8	4	4,4	4,4
Paraná	3,6	4,2	4,3	4,3
Espírito Santo	3,8	4	4,1	4,2
Acre	3,5	3,8	4,1	4,2
Goiás	3,5	3,8	4	4,2
Ceará	3,1	3,5	3,9	4,2
Rio de Janeiro	3,6	3,8	3,8	4,2
Rio Grande do Sul	3,8	3,9	4,1	4,1
Tocantins	3,4	3,7	3,9	4,1
Mato Grosso do Sul	3,4	3,9	4,1	4
Piauí	3,1	3,5	3,8	4
Amazonas	2,7	3,3	3,5	3,8
Roraima	3,4	3,7	3,7	3,7
Amapá	3,5	3,5	3,6	3,7
Rondônia	3,4	3,4	3,5	3,7
Pará	3,3	3,3	3,4	3,7
Maranhão	3	3,3	3,6	3,6
Pernambuco	2,7	2,9	3,4	3,5
Rio Grande do Norte	2,8	3,1	3,3	3,4
Paraíba	2,7	3	3,2	3,4
Sergipe	3	3,1	3,2	3,3
Bahia	2,8	3	3,1	3,3
Alagoas	2,4	2,7	2,9	2,9

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

A Tabela 45 traz os dados do IDEB para 8ª série/9º ano, do período de 2005 à 2011. Em todo o período delimitado, Santa Catarina apresentou os melhores resultados, ocupando o primeiro lugar nacional.

Para o IDEB da 3ª série do Ensino Médio, os estados brasileiros apresentam os seguintes resultados:

**Tabela 46. Estados brasileiros: IDEB Observado 3ª Série - Ensino Médio**

Estado	2005	2007	2009	2011
Santa Catarina	3,8	4	4,1	4,3
São Paulo	3,6	3,9	3,9	4,1
Paraná	3,6	4	4,2	4
Minas Gerais	3,8	3,8	3,9	3,9
Distrito Federal	3,6	4	3,8	3,8
Mato Grosso do Sul	3,3	3,8	3,8	3,8
Goiás	3,2	3,1	3,4	3,8
Rio Grande do Sul	3,7	3,7	3,9	3,7
Rondônia	3,2	3,2	3,7	3,7
Ceará	3,3	3,4	3,6	3,7
Rio de Janeiro	3,3	3,2	3,3	3,7
Espírito Santo	3,8	3,6	3,8	3,6
Roraima	3,5	3,5	3,4	3,6
Tocantins	3,1	3,2	3,4	3,6
Amazonas	2,4	2,9	3,3	3,5
Acre	3,2	3,5	3,5	3,4
Pernambuco	3	3	3,3	3,4
Paraíba	3	3,2	3,4	3,3
Mato Grosso	3,1	3,2	3,2	3,3
Bahia	2,9	3	3,3	3,2
Sergipe	3,3	2,9	3,2	3,2
Piauí	2,9	2,9	3	3,2
Maranhão	2,7	3	3,2	3,1
Rio Grande do Norte	2,9	2,9	3,1	3,1
Amapá	2,9	2,8	3,1	3,1
Alagoas	3	2,9	3,1	2,9
Pará	2,8	2,7	3,1	2,8

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Segundo os dados da Tabela 46, Santa Catarina ocupa o primeiro lugar em relação ao IDEB da 3ª série do ensino médio entre os estados brasileiros. O estado foi líder neste indicador também nos anos de 2005 e 2007, apenas perdendo esta liderança em 2009, recuperando a posição no ano seguinte.

A evolução do IDEB em Santa Catarina e a superação das metas sugeridas foram vistas no Capítulo III. O que podemos observar com os dados apresentados é que Santa

Catarina se consolida como referência nacional no setor educacional, ocupando uma excelente posição no IDHM Educação e liderando o IDEB 2011 em duas categorias, ainda que não seja o maior investidor por estudante da rede pública, investindo R\$ 6.829,52 por aluno. O Estado que mais investe por estudante da rede pública é o Distrito Federal, mas apesar de obter bons resultados nos anos iniciais, ainda que abaixo da posição catarinense, ocupando o terceiro lugar, os seus resultados para as demais categorias são inferiores, ocupando o nono lugar para as séries finais e o décimo sexto lugar no ensino médio. Estes dados reforçam a ideia de que investimento e desempenho não são necessariamente proporcionais, ressaltando a importância da eficiência dos gastos públicos para a obtenção de um ensino de qualidade. (INVESTIMENTO, 2014)

#### 4.2. Comparação da Educação de Santa Catarina na esfera global

Para acompanhar o desempenho de Santa Catarina com os outros países, serão utilizados o IDHM catarinense em relação ao IDH nos períodos de 2000 e 2010 dos países mais desenvolvidos, de acordo com dados fornecidos pelo PNUD em 2012. Além disto, para verificar o desempenho da educação catarinense no desenvolvimento humano, será feita a comparação do indicador de expectativa de anos escolares em 2010 para o estado em contrapartida à média de anos de estudo em 2010 e expectativa de anos de estudo para 2011 para estes países.

Conforme dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, os países considerados mais desenvolvidos no ano de 2012 foram a Noruega, Os Estados Unidos da América e a Austrália. Esses países apresentaram os valores de IDH para os períodos de 2000 e 2010:

**Tabela 47. IDH Global - países com os mais altos níveis de desenvolvimento**

IDH Global			
Ano	Noruega	Estados Unidos	Austrália
2000	0,922	0,907	0,914
2010	0,952	0,934	0,935

Fonte: PNUD, 2013  
Elaboração: Autora

Santa Catarina, por sua vez, apresentou os seguintes resultados de IDHM para o mesmo período:

**Tabela 48. IDHM Santa Catarina - 2000 e 2010**

<b>Ano</b>	<b>IDHM Santa Catarina</b>
2000	0,674
2010	0,774

Fonte: PNUD, 2013

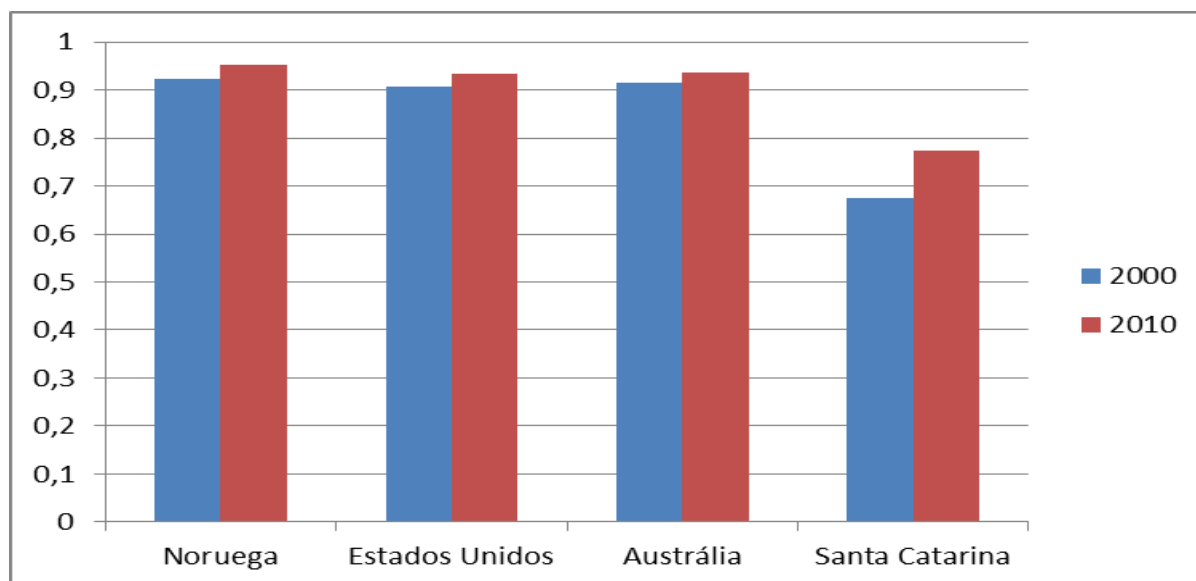
Elaboração: Autora

O IDH e o IDHM são calculados de forma diferentes, devido às dimensões às quais são direcionados, uma vez que o primeiro é voltado para a esfera global e o segundo é voltado para um cenário mais reduzido, contemplando cidades e estados.

Ainda assim, os dois indicadores podem ser comparados, uma vez que ambos buscam medir o desenvolvimento humano. Os dados indicam que, mesmo que Santa Catarina tenha apresentado uma evolução maior nos resultados de um período para outro, o estado está aquém dos dados dos países desenvolvidos, estando num patamar inferior, ressaltando a necessidade de que as políticas públicas atuem de forma mais eficaz a fim de atingir o alto desenvolvimento.

Essa comparação pode ser melhor observada no Gráfico 7 abaixo:

**Gráfico 7 - IDH Países desenvolvidos x IDHM Santa Catarina**



Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

Quanto maior a expectativa de anos de escolaridade da população, mais desenvolvido é o estado ou país, indicando a continuidade dos estudos e a eficiência do sistema educacional. Para os países desenvolvidos temos os seguintes dados:

**Tabela 49. Expectativa de anos de estudo - Países desenvolvidos**

	<b>Noruega</b>	<b>Estados Unidos</b>	<b>Austrália</b>
Média de anos de estudos 2010	12,6	13,3	12
Expectativa de anos de estudos 2011	17,5	16,8	19,6

Fonte: PNUD, 2013

Elaboração: Autora

De acordo com o PNUD (2013), em 2010 a expectativa de anos de estudos para o estado de Santa Catarina correspondia à 10,24 anos, ficando abaixo da média de estudos dos países desenvolvidos e muito aquém das expectativas destes para 2011, indicando que as políticas devem estar voltadas a incentivar a continuidade dos alunos nos níveis educacionais, auxiliando assim o alcance do desenvolvimento humano e um aumento na qualidade de vida. Como já visto anteriormente, indivíduos que possuem um maior grau de instrução conseguem

melhores oportunidades no mercado de trabalho, bem como salários maiores, ajudando na redução as desigualdades sociais, na erradicação da pobreza e no crescimento econômico.

Apesar de Santa Catarina apresentar excelentes resultados quando comparada aos outros estados brasileiros, o que se observa quando comparados o estado com os países mais desenvolvidos é que estes resultados deixam a desejar em nível global. Santa Catarina ainda precisa combater as desigualdades sociais e incentivar o setor educacional a fim de alcançar a configuração de um estado com alto desenvolvimento, impactando no desenvolvimento não somente social, mas também econômico.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado do Bem Estar Social implica na garantia de fornecimento de um conjunto de bens e serviços, estando relacionados diretamente ao desenvolvimento humano. Os gastos públicos com esta política devem ser tratados como um investimento e não apenas como um custo para sociedade, uma vez que estas políticas sociais favorecem também o crescimento econômico quando utilizadas de forma produtiva, garantindo a eficiência e integrando este ao desenvolvimento. Nesta questão, o IDH, apesar de apresentar problemas que impedem uma mensuração totalmente adequada de desenvolvimento social, é o indicador mais importante, assumindo uma posição de destaque na classificação e comparação do desenvolvimento humano entre os países, cidades e estados, se consolidando como indicador absoluto de bem-estar social e qualidade de vida da população. Quando relacionamos Educação e Bem Estar Social à eficiência, busca-se a capacidade de alcançar os resultados propostos pelas políticas sociais.

Os resultados que se observam para Santa Catarina é que o setor educacional é considerado como uma das prioridades em termos de investimento e políticas sociais. O montante investido em Educação é considerável, e apesar do estado apresentar evolução nos indicadores sociais, o mesmo não foi capaz de atingir um patamar de alto desenvolvimento humano. O volume de recursos destinados ao setor em relação ao PIBR é alto, mas os resultados não são os esperados, indicando ineficiência dos gastos públicos com educação.

Apesar de o projeto descentralizador, criado em 2002 e implantado a partir de 2003, o orçamento não funciona de forma descentralizada, concentrando recursos nas cidades mais produtivas. Ou seja, colaborando para que a produtividade do estado se mantenha centralizada, uma vez que as cidades que mais necessitam não recebem os recursos necessários.

As ações políticas voltadas para o orçamento público devem ser mais flexíveis a fim de orientar o planejamento em razão de prioridades que proporcionem a eficiência do gasto público. Os investimentos em Educação devem ser voltados para o aperfeiçoamento dos resultados escolares, impactando na melhoria do sistema educacional.

Na esfera municipal, apesar de os resultados de IDHM e IDHM Educação apresentarem crescimento no período de 2000 para 2010, esse crescimento não foi suficiente para elevar o estado à condição de alto desenvolvimento. A melhoria do IDHM Educação foi maior do que a do IDHM, indicando que as políticas conseguem obter resultados no setor, fazendo com que o primeiro se distancie da faixa de baixo desenvolvimento, firmando-se no patamar de médio desenvolvimento humano. Os resultados da taxa bruta de frequência apontam para a necessidade de políticas educacionais que atuem com mais eficiência nos setores de ensino fundamental, básico e médio. No que diz respeito à alfabetização, o estado apresenta resultados satisfatórios.

Ao analisarmos os dados do IDEB, a conclusão que se chega é que o estado conseguiu superar as metas propostas, sendo referencia nacional, uma vez que o indicador visa mensurar a qualidade do aprendizado nacional. O estado é líder em duas categorias, ocupando a segunda posição na terceira categoria (4ª Série/ 5º Ano), ainda que não seja o estado que mais investe por estudante da rede pública, ressaltando o conceito de que investimento e desempenho não são necessariamente proporcionais, e que assim, a eficiência nos gastos é de extrema importância para a obtenção do desenvolvimento humano.

Em relação aos países desenvolvidos, Santa Catarina apresenta resultados aquém dos esperados, mantendo uma posição inferior e apontando para a necessidade de políticas que atuem de forma mais eficaz, especialmente na Educação, uma vez que a expectativa de anos de estudo do estado está muito abaixo da expectativa destes países. Os dados salientam a necessidade de políticas voltadas para a garantia da continuidade dos estudos, visto que uma população que possui um maior grau de instrução tem mais chances de alcançar níveis superiores de desenvolvimento.

Santa Catarina precisa revisar o projeto de descentralização, melhorando o alcance dos recursos públicos às cidades com mais dificuldades. Além disto, o orçamento deve ser mais distribuído e participativo, voltado ao atendimento das necessidades de cada município. O projeto educacional deve ser revisado, e as diretrizes e ações propostas devem estar voltadas para alcançar os objetivos das políticas públicas, obtendo melhores resultados nas avaliações e proporcionando a continuidade dos estudos à população catarinense.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR NETO, João Coutinho. **Análise de eficiência dos gastos públicos em educação no município de Meruoca.** 2010. 52 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

AKITA, Eric. **Qualidade da educação no Brasil ainda é baixa, aponta Unesco.** 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,qualidade-da-educacao-no-brasil-ainda-e-baixa-aponta-unesco,498175,0.htm>>. Acesso em: 5 maio 2014.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: IPEA, nov. 1997. Texto para discussão nº. 595. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0525.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0525.pdf)>. Acesso em: 05 mar. 2014.

BENEVIDES, Claudia do Valle. **Um Estado de Bem-estar social no Brasil?** 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

BOCCHI, João Ildebrando. **Monografia para economia.** São Paulo: Saraiva, 2004.

BORGES, Ricardo Neves. **Qualidade do gasto público em educação e saúde: uma análise microrregional em Goiás.** 2012. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Regional, Faculdades Alves Faria, Goiânia, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 28 mar. 2014.

BRUNET, Júlio Gregory; BERTÉ, Ana Mariana de Aveline; BORGES, Claynton Brito. **O Gasto Público no Brasil: Entenda a qualidade do gasto público nos estados brasileiros.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (**FUNDEB**). Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

BRUM, Maria da Graça Martins. **Descentralização e Desenvolvimento Regional: a experiência de Curitibaanos.** 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-ambiental, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CABRITO, Belmiro Gil. Avaliar a qualidade em educação: avaliar o quê? Avaliar como? Avaliar para quê? **Caderno Cedes.** Campinas, p. 178-200. maio-ago. 2009.

CAMARGO, Priscila Espíndola. **Políticas educacionais no Brasil (1990 – 2007)**. 2009. 76 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CANCIAN, Renato. **Estado do bem-estar social: história e crise do welfare state**. 2007. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. **EFA 2000: Educação para todos – avaliação do ano 2000**. Brasília: Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

DIRKSEN, Edson; ALVAREZ, Francisco A. Fernandez. **Análise do IDEB de SC/2011**. 2012. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/analise-do-ideb-sc-2011>>. Acesso em: 19 mar. 2014

DRAIBE, Sônia Miriam. Desenvolvimento humano e bem-estar social: orientações e estratégias de política social. **NEPP - Cadernos de Pesquisa**. UNICAMP, Campinas, n. 73, p. 3-52. 2005. Disponível em: <[http://www.nepp.evento4u.com/arquivos/caderno\\_08.pdf](http://www.nepp.evento4u.com/arquivos/caderno_08.pdf)>. Acesso em: 07 maio 2014.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FARTES, Vera Lúcia Bueno. **O Diálogo entre Economia e Educação como Chave para Entendimento da Aquisição da Qualificação**. 26. ed. Florianópolis: Senac, 2000. (1). Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/261/boltec261b.htm>>. Acesso em: 28 maio 2014.

FIORI, José Luís. **Estado do Bem-Estar Social: padrões e crises**. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/fioribemestarsocial.pdf/view>>. Acesso em: 28 maio 2014.

FLEURY, Sonia (Org.). **Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil & Espanha**. Rio de Janeiro: Editora FGV 2006.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Centro de Políticas Sociais. **Você no Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro: FGV/ IBRE, 2011.

GALLO, Silvio Donizetti de Oliveira. A Educação Pública como Função do Estado. **Comunicações**, Piracicaba, v. 5, n. 1, p.5-28, 1998.

GOULARTI, Juliano Giassi. Orçamento Estadual Regionalizado: a experiência de Santa Catarina. **Revista NECAT**, Florianópolis, Ano 2, n. 4, p.06-24, jul. 2013.

GUILHON, Paulo de Tarso. **Santa Catarina tem o melhor bem estar econômico do Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/colunas/economia-as-claras/24339-santa-catarina-tem-o-melhor-bem-estar-economico-do-brasil.html>>. Acesso em: 5 maio 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros**. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto - PIB e participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação**. 2011. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/images/2522\\_3643\\_173712\\_106392.gif](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/images/2522_3643_173712_106392.gif)>. Acesso em: 19 mar. 2014.

INVESTIMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/infograficos/gasto-publico-educacao/>>. Acesso em: 28 maio 2014.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **Welfare State e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: CEDE, ago. 2011. Texto para discussão nº 52. Disponível em: <<http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/TD52.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

LEITÃO, Miriam. **A importância da educação para o futuro da economia**. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2012/02/08/a-importancia-da-educacao-para-futuro-da-economia-430651.asp>>. Acesso em: 28 maio 2014.

MCGILLIVRAY, Mark; WHITE, Howard. Measuring development? The UNDP's human development index. **Journal Of International Development**, v. 5, n. 2, p.183-192, nov. 2006.

MELLO, Thiago de. **Estado do bem-estar social**. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/sociologia/assunto/organizacao-social/estado-do-bem-estar-social.html>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

MUSSI, Carlos; AFONSO, José Roberto. Como conciliar desenvolvimento econômico com bem estar social?: Algumas Reflexões a cerca dos Novos Desafios Latino Americanos. **Nueva Sociedad**, Campinas, n. 215, p.147-166, maio-junho 2008. Bimestral.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Welfare State - explanations for it genesis and development. **Katálysis**, Florianópolis, n. 5, p.90-103, jul-dez 2001.

OCDE. **Avaliações de Políticas Nacionais de Educação Estado de Santa Catarina, Brasil**. OCDE, 2010.

ORÇAMENTO E EDUCAÇÃO. **Um estudo da cobertura de revistas e jornais brasileiros sobre os recursos públicos destinados às políticas educacionais**. Brasília: Andi; Save The Children Reino Unido, 2007.

PACTO por Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.pactoporsc.sc.gov.br/>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

PEREIRA, José Flávio. Educação, trabalho e bem-estar. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 1, n. 23, p.149-155, mar. 2001

PEREIRA, Moacir. **O FUNDEB e a autonomia escolar**. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/moacirpereira/2013/11/06/o-fundeb-e-a-autonomia-escolar/?topo=67,2,18,,67>>. Acesso em: 28 maio 2014.

PIRES, Daniela de Oliveira. **A crise do Estado de bem-estar social no contexto do neoliberalismo e as políticas públicas para a educação**. In: SEMINÁRIO INTERMUNICIPAL DE PESQUISA, 14, 2010, Guaíba. Disponível em: <<http://guaiba.ulbra.br/seminario/eventos/2010/artigos/direito/seminario/678.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2014.

PORTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS SC (PORTAL). Disponível em: <<http://receitas.fecam.org.br/estado/FUNDEB/analises/analise/anual>> . Acesso em 28 mai. 2014

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

RUDNICK, Luciane Tischler. **A política de descentralização administrativa e o desenvolvimento regional em Santa Catarina**. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado, Canoinhas, 2010.

RUNET, Júlio Gregory; BERTÉ, Ana Mariana de Aveline; BORGES, Claynton Brito. **O Gasto Público no Brasil: Entenda a qualidade do gasto público nos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SADAÑA, Paulo. **Não falta dinheiro, mas política pública**. 2014. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,nao-falta-dinheiro-mas-politica-publica-imp-1158429>>. Acesso em: 5 maio 2014.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. CACS - FUNDEB. **Parecer sobre Aplicação dos Recursos do FUNDEB - 2012**. Florianópolis, 2013.

SANTA CATARINA. Diretoria de Contabilidade Geral. Secretaria de Estado da Fazenda. **Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Educação e Saúde**. Florianópolis, 2013.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e Inovação. **Plano Estadual de Educação: a sociedade construindo a educação dos catarinenses**. 2004.

SCUARCIALUPI, Lu. **Por dentro da Lei das Diretrizes e Bases: O que é a Lei de Diretrizes e Bases, quais os principais ganhos para os cidadãos e a história até sua aprovação em 1996.** 2011. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/lei-diretrizes-bases-349321.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

SILVA, Alexnaldo Cerqueira da. **Eficiência e Equidade no Gasto com Ensino Público Fundamental nos Municípios Baianos Selecionados**: uma estimativa por meio de uma função de bem-estar social. 2010. 60 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SILVA, Jorge Luiz Mariano da; ALMEIDA, Júlio César Lima de. Eficiência no Gasto Público com Educação: Uma Análise dos Municípios do Rio Grande do Norte. **Planejamento e Políticas Públicas: PPP**, IPEA, n. 39, p.219-242, jul./dez. 2012.

SILVA, Maurício Corrêa da; SOUZA, Fábica Jaiany Viana de; ARAÚJO, Aneide Oliveira. Análise da eficiência dos gastos públicos com educação nas capitais brasileiras. **Contexto**, Porto Alegre, v. 13, n. 24, p.7-21, maio 2013.

SOUZA, Lucas Correa de. **Tendência do Crescimento Econômico: PIB Catarinense 2011 - 2021**. 2013. 83 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013

UNESCO (França). **Educação para Todos em 2015: Um objetivo acessível?**. Paris: Moderna, 2007.

UNESCO (França). **Relatório de Monitoramento Global de EPT: Ensinar e Aprender: alcançar a qualidade para todos**. Paris: Unesco, 2014.

WERTHEIN, Jorge. **Investir em Educação é um pilar para o crescimento econômico**. 2011. Entrevista fornecida ao Sangari Notícias Brasil. Disponível em: <<http://noticias.sangari.com/pages/201101/Investir-em-Educacao-e-um-pilar-para-o-crescimento-economico-15444.html>>. Acesso em: 28 maio 2014.

WILENSKY, H.L.. **The Welfare State and Equality**. Berkeley: University of California Press, 1975.

WINCKLER, Carlos Roberto; MOURA NETO, Bolivar Tarragó. WELFARE STATE À BRASILEIRA. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 19, n. 4, p.108-131, 1992. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/527/763>>. Acesso em: 13 maio 2014.